

RIL

ECONÓMICO

22 de Fevereiro 2021

Segunda-feira

Semanário - Ano 5

Nº 247

Director-Geral

Evaristo Mulaza



SQUIRE PATTON BOGGS

Governo renova contrato de lobby com empresa dos EUA

Contrato assinado em Junho de 2019 para um ano prevê renovação automática para mais um. Estado paga 4,1 milhões de USD ano, para melhorar a imagem de Angola nos EUA. Pág. 8

“O grande problema do atraso de África é a nossa insistência nas barreiras aduaneiras”

ENTREVISTA. Luís Cupeñala, presidente da Câmara de Comércio Angola-China e empresário ligado à aviação, é duro nas críticas. Acusa o banco central de vender títulos e ser concorrente empresarial. Acredita na recuperação da economia, desde que se combata a burocracia. E avisa o Governo que "precisa evitar a promiscuidade, em que os ministros são empresários e são os que recebem projectos de empresas privadas". Págs. 4 e 7



DIAGNÓSTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO

EUA elogia mas realça corrupção generalizada, incluindo na justiça

Pág. 10



TRANSGRESSÕES NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Multas disparam 200%

Pág. 9



EMPRESAS DE SANEAMENTO EM LUANDA

Queiroz Galvão e Nova Ambiental encerram e atiram mais de 1300 no desemprego

Pág. 12

Editorial

OS MILHÕES DA TAAG

Está claro que não há espaço para romantismos no tema sobre a obrigatoriedade de intervenção do Estado na reanimação da Taag. Três razões entrelaçadas explicam essa necessidade urgente: o Estado é o único accionista da empresa, a Taag é, efectivamente, uma empresa estratégica e a conjuntura da aviação, deteriorada pela pandemia, transformou numa prática corriqueira os planos públicos de resgate das empresas do sector.

Dois exemplos frescos, na Europa, ainda que com algumas diferenças estruturais e de circunstância, ajudam a estabelecer paralelos. Na Alemanha, o governo de Merkel viu-se obrigado a largar, em dois momentos, um total de 9 mil milhões de euros para salvar a Lufthansa de uma morte anunciada. Aprovado em Junho passado pela Comissão Europeia, o plano implicou a entrada do Estado alemão na maior transportadora aérea do país, reclamado 20% do capital. E, apesar da previsão de saída do Estado na estrutura accionista, há mesmo a possibilidade de os capitais públicos se manterem na transportadora por pelo menos seis anos.

O plano foi contestado por vozes críticas, incluindo o maior accionista, o bilionário Heinz Thiele, mas, no final do dia, todos perceberam que não sobravam alternativas. Em Portugal, idem. Após uma maratona de negociações internas, incluindo no Parlamento, o país entregou à Comissão Europeia, em Dezembro, um plano de resgate da TAP que incorpora necessidades de fundos extra em 2 mil milhões de euros, cortes de dois mil funcionários até ao fim do próximo ano e redução salarial na ordem dos 25%. Enquanto se aguarda pelo posicionamento do governo comunitário, os portugueses fixam-se nas contas de uma inevitável insolvência da empresa em que o Estado detém 72,5% do capital, caso a resposta de Bruxelas seja um sonoro não.

Não há, portanto, dúvidas

quanto à necessidade de mais uma intervenção do Estado na Taag, após a injeção de 912,6 milhões de dólares, em 2019, para a cobertura de prejuízos, através do Igape. No nosso caso, a discussão é outra. Coloca-se antes no plano da transparência dos processos que levam a um ou a outro caminho, coloca-se na falta de amplo esclarecimento sobre determinadas decisões do Governo. Particularmente num quadro político em que até decisões de carácter estratégico não são objecto de fiscalização, muito menos de aprovação do Parlamento.

Num momento em que se planeia a privatização da empresa e particularmente após a 'limpeza' dos balanços há dois anos, a aprovação do plano de reestruturação e recapitalização da Taag, como anunciado por Ricardo d'

Abreu, deveria ser antecipada de um esclarecimento público. O Governo não deveria avançar para um plano que exige financiamento de 700 milhões de dólares sem dar a possibilidade aos angolanos de perceberem previamente o que está em causa. Se a reestruturação implica o despedimento imediato de funcionários; se quantos angolanos irão para casa por força da reestruturação; se haverá efectivamente redução salarial e em que proporção; se os prazos da privatização sem mantêm; se os futuros investidores assumirão parte desse passivo... Enfim, esses e outros 'ses' fundamentais que coubessem neste escopo. Até porque a linguagem do Governo, por via do ministro, e a da empresa, através da sua administração, não parecem necessariamente sintonizadas. Quem leu a entrevista de Rui Carreira, o CEO da Taag, na última edição do VALOR, percebeu que se estava diante de um gestor a clamar por dinheiro fresco imediato. Nada que se parecesse com alguém com tempo para aguardar por um financiamento de 700 milhões de dólares, cuja disponibilidade e origem não foram explicitadas. A fazer fé, claro, nas declarações reproduzidas pela imprensa pública.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ALBINO FERNANDO,
agricultor e director-geral da Enogia

A chuva voltou a cair no interior depois de um período prolongado de seca. É bom sinal?
Não é bom sinal. É milagre, numa altura em que muitas culturas já se perderam não só no interior, mas nas localidades próximas de Luanda, como na província do Bengo, onde tenho algumas parcelas que nos têm dado algo para o sustento. Está tudo perdido. Tenho igualmente produção comprometida no Waku Kungo e Tomboco.

Quão grave é a situação?

Tudo hoje está mal, até mesmo nas tradicionais zonas onde a agricultura familiar tem maior expressão. E a situação agrava-se no Kuando-Kubango, Huíla, Namibe e Cunene. O Governo deve encontrar uma saída para acudir a situação que arrasa já uma boa parte da população que tem no campo o sustento.

E como pode fazê-lo?

O ministério que interage com os produtores, no caso da Agricultura e Pescas, deve gizar um plano de intervenção urgente, visando mitigar o efeito da seca. É preciso encontrar soluções eficazes e duradouras para que, nos próximos anos, o fenómeno não nos apanhe com as 'calças na mão'. Temos de ter reserva alimentar que vá ao encontro das necessidades. Para isso, temos de apostar na agricultura empresarial que não dependa só da chuva, mas de sistemas de irrigação.

16

TERÇA - FEIRA

Vários órgãos de comunicação destacam o relatório da consultora Pangea Risk que dá conta de que vários dirigentes angolanos, incluindo o Presidente João Lourenço, estão a ser investigados nos Estados Unidos, por violação de leis daquele país.

17

QUARTA - FEIRA

O Presidente João Lourenço felicita, em seu nome e do executivo, Ngozi Okonjo-Iweala pela sua nomeação para o cargo de líder da Organização Mundial do Comércio.

18

QUINTA - FEIRA

O Presidente da República exonera três administradores executivos da petrolífera estatal Sonangol e um não-executivo, no caso o ex-primeiro-ministro, Marcolino Moco.



19

SEXTA - FEIRA

A Assembleia Nacional aprova, na generalidade, a proposta de Lei do Banco Nacional de Angola. O objectivo é alinhar o BNA com as melhores práticas dos bancos centrais da região da SADC.



20

SÁBADO

O Fundo de Fomento Habitacional desmente uma eventual comercialização de apartamentos no Zango Zero e Zango 5, no município de Viana, em Luanda.



21

DOMINGO

O Fundo de Fomento Habitacional informa que a comercialização de habitações dos Projectos Habitacionais do Estado, mormente nas centralidades da Vida Pacífica (Zona III), Zango Zero e Zango 5, será anunciada oportunamente.



SEGUNDA-FEIRA

O Instituto Nacional de Estatística informa que a inflação aumentou 24,4% em Janeiro, face ao período homólogo do ano passado, registando um aumento de 1,5%, face à subida dos preços registada em dezembro.

COTAÇÃO



PETRÓLEO CONTINUA EM ALTA...

O petróleo começou a semana no positivo, com a retoma gradual da produção nos Estados Unidos. O Brent, referência às exportações nacionais, avançou 3,65% nas entregas de Abril, negociando nos 64,41 dólares. Por sua vez, o WTI foi comercializado a 61,79 dólares, um aumento de 4,27%.



BOLSAS EUROPEIAS EM QUEDA...

Em sentido contrário, as bolsas europeias iniciaram a semana a cair, perante as expectativas de inflação nas economias desenvolvidas. O Stoxx 600 quebrou 0,44%, para 413,06 pontos; o DAX caiu 0,31%, ao obter 13.950,04 pontos, enquanto o CAC 40, de Paris, quedou 0,11%, a 13.950,04 pontos. O FTSE MIB de Milão, por sua vez, recuou 0,55%, a 23.009,18 pontos.

Entrevista

LUÍS CUPEÑALA, EMPRESÁRIO

“Precisamos do investimento estrangeiro, mas é preciso que se crie uma classe empresarial de angolanos forte”

Sócio da representante da Emirates, em Angola, olha para o BNA como um concorrente empresarial, porque "vende títulos e o risco dos títulos é zero então os bancos preferem comprar e vender títulos porque não há risco nenhum". Desta forma, crítica a falta de vontade de se conceder créditos e crítica a excessiva burocracia do Estado que trava o investimento estrangeiro.

Por César Silveira

Torna-se presidente da Câmara de Comércio Angola/China numa altura que, se comparando ao passado, a presença do empresário chinês tente a diminuir. Concorda com esta afirmação? Alguém disse que os abutres vão onde estão reunidos os corpos, quero dizer com isto que Angola, quando estava no 'boom', praticamente o investimento estrangeiro directo estava no pico porque as oportunidades eram maiores, as aberturas eram bastan-

tes fortes e todo mundo tinha uma certa apetência para vir para Angola. A crise financeira e económica internacional, e sobretudo nos países produtores de petróleo, reduziu o fluxo de muitos investidores para o país. Certamente, terá sido esta a leitura feita para que a maior agressividade que a câmara tinha de início não seja a mesma dos últimos tempos porque tudo se retraiu por conta do meio ambiente económico, fundamentalmente, e a situação da crise económica internacional está a afectar não apenas Angola. É esta a razão da redução, do abrandamento, mas é preciso notar que este abrandamento não significa que a China deixou de olhar para Angola como seu destino.



Mas o interesse pode ter diminuído. Ou não?

Angola é um país bastante rico do ponto de vista de recursos, com oportunidades ímpares e a China considera Angola como um espaço estratégico para poder atingir os grandes objectivos dos investimentos que pretende fazer. O mais

importante ainda é o optimismo, é muito importante. Recentemente, foi realizado um fórum do Ministério das Relações Exteriores onde foram apresentadas várias oportunidades nas áreas agrícola, pescas e em muitas outras e mobilizou vários empresários chineses a olhar para Angola, não obstante as oportuni-

dades já conhecidas, como um país de destino para os seus investimentos. A redução que notou não é que tenha havido a desistência do lado dos chineses virem para Angola. É um contexto global que todas as empresas, todas as multinacionais têm de redesenhar e reanalisar as estratégias para se poderem adaptar ao novo quadro económico internacional.

Também é membro influente da Câmara de Comércio Angola/Africa do Sul. Poderá ser um membro menos activo, agora que preside à Angola/China?

O mais importante e fundamental é saber que todos estamos a lutar por uma causa fundamental, que é a nossa pátria, Angola. Todo o nosso desempenho e esforço é na mobilização de investimentos estrangeiros, de parceiros estratégicos, venham da América, dos EUA, do Brasil, bem como da Ásia. O mais importante é olharmos para Angola como um contexto sobre o qual todos temos de mobilizar os nossos esforços para criarmos relações estratégicas no quadro da cooperação para que possamos atingir a industrialização e fundamentalmente a competitividade internacional.

O nosso ambiente de negócio é suficientemente estimulante para o investimento estrangeiro?

As economias têm um carácter cíclico. Há momentos em que o ambiente nos oferece um espaço de muita competitividade, tudo corre muito bem, há um 'boom' e há alturas em que estamos em queda livre. Mas nessas oscilações, entre o topo positivo e o topo negativo, é aí onde os grandes empreendedores se realizam, melhoram as estratégias para poderem adequar-se ao meio ambiente. O que estamos a viver é uma peste internacional. Estávamos a fazer o nosso trabalho de forma física, viajando de um lado para o outro, mas estes novos desafios trouxeram novas oportunidades para aqueles que têm olhos abertos para olhar, ouvidos para ouvir. Ao invés de viagens, como estávamos a fazer, passamos a utilizar o sistema de inteligência artificial. O mundo, como uma vila comum, transformou-se um espaço muito mais pequeno geograficamente. Tenho a certeza que o quadro em que se encontra Angola é um espaço favorável para as pessoas visionarem, virem e identificarem melhor as oportunidades.

“ Os bons tempos estão a vir, mas é necessário acreditar que só poderão sobreviver aqueles que estão a adoptar estratégias para se adequar aos momentos actuais. ”

Em que termos?

As barreiras em termos de regulação, hoje, são um bocado mais flexíveis. Quando um mercado fica mais competitivo, os métodos regulares de entrada são um bocado mais restritos e isso cria uma certa barreira. Para investidores visionários, que compreendem muito bem a natureza das economias, este é o momento que estes grandes investidores vêm para Angola. Não podemos criar desânimo por causa do momento que estamos a viver, porque os desafios fazem os homens fortes e os homens fortes fazem nações grandes.

Qual é a situação real do vosso grupo empresarial?

Na crise financeira internacional, de 2008 e durou cerca de um ano, tivemos uma aparente recuperação. Começámos mais uma outra crise em 2014, que dura até hoje, que leva o país praticamente a uma depressão económica. Esta crise afectou vários grupos. Muitas empresas fecharam porque as condições económicas e o próprio meio ambiente deixaram de ser atractivos. Há muitas áreas do nosso grupo que tivemos que pôr em 'standby', porque há negócio quando há procura e oferta e há certas áreas que, embora possa ter havido oferta, a procura deixou de existir. A questão da distribuição da renda é um grande problema, o nível de desemprego aumentou substancialmente e tudo isso reduziu de certa forma o poder de compra. Há empresas que, ao longo do tempo, criámos para prestar serviço ao Estado. O Estado teve de implementar algumas medidas de austeridade para redução das suas despesas e estas empresas deixaram o espaço que tiveram durante a fase em que a economia estava bem.

Fecharam?

Estas empresas são da área de electricidade, prestação de serviços, manutenção. Tivemos de parquear estas áreas. Para sobreviver, foi necessário reconfigurar as nossas estratégias para nos adequarmos. Tivemos de pôr mais ênfase na indústria transformadora, é onde temos o maior foco, sobretudo na transformação de rochas ornamentais, porque com escassez de divisas as empresas de construção encontram maiores dificuldades para importar materiais.

Então tiveram de desempregar?

Em algumas áreas, tivemos de mandar para casa mais de cem pessoas



Luís Cupeñala sente-se optimista, acredita na recuperação económica, mas avisa para os cuidados

e é muito se olhamos para os seus dependentes. É necessário calcular o impacto negativo que isso produziu.

Perspectiva mais desemprego?

Esse novo quadro normal nos ensinou a pensar de forma muito diferente. Talvez partirmos para mais especialização, para números não muito grande de trabalhadores, mas para programas de treinos, de desenvolvimento para adequarmos os poucos quadros temos à nova dinâmica económica. Há determinadas áreas em que as novas tecnologias vão substituindo gradualmente a força da massa humana e talvez com isso se reduza o número muito grande de trabalhadores. O que precisamos é aumentar mais

Não podemos criar desânimo por causa do momento que estamos a viver, porque os desafios fazem os homens fortes e os homens fortes fazem nações grandes..

investimentos e unidades de produção para que, à medida que se vai fazendo, vamos empregando mais pessoas e criando mais especializações. É este o novo quadro que estamos a adoptar por forma a tornar as nossas unidades de produção não só mais competitivas, mas mais produtivas para que os trabalhadores vinculados tenham um salário honesto, adequado ao trabalho que oferecem e, por outro lado, encontrem nas empresas um espaço de realização e formação.

A indústria da aviação é das mais afectadas com a crise. Como está o vosso negócio enquanto representante da Emirates?

Certamente, o turismo foi afectado

porque o mundo é como um corpo humano, é através das veias que circula o sangue. As pessoas circulam de um lado para o outro usando o transporte aéreo. A pandemia, a coisa nova que trouxe é exactamente evitar viagens e aglomerações. Estamos a experimentar um mundo completamente diferente, um mundo isolado onde não há viagem. Tudo isso afectou os negócios. Esta situação criou um impacto muito grande na indústria da aviação e muitas empresas foram à falência.

E qual é a situação concreta da vossa empresa?

A Emirates é uma das maiores companhias do mundo. Apesar de atravessar muitas dificuldades ainda continua a ser uma das maiores do mundo. São empresas que ao longo dos anos, mesmo nos momentos bons, criam planos para poderem sobreviver em caso de qualquer recessão ou depressão económica. São estas estratégias de grandes visionários que salvaguardam algumas das grandes companhias do mundo. A Emirates ainda continua muito forte e a voar para muitos países. Mesmo para Angola, poderíamos voltar a fazer sete voos por semana se fosse o caso. Ainda estamos bem, a Emirates vai continuar como parceiro de Angola por muitos anos.

Mas não havendo voos, a representante fica quase sem receitas...

Há receitas e não há receitas, mas é preciso acreditar. Por vezes, ao atravessar um deserto, temos de contar com as energias internas, mas sempre confiante de que o bom tempo há-de vir. É preciso resiliência, perseverar durante este período, acreditando que esta pandemia e a dificuldade económica não são permanentes. Os bons tempos estão a vir, mas é necessário acreditar que só poderão sobreviver aqueles que estão a adoptar estratégias para se adequar aos momentos actuais.

Que caminho se deve adoptar para sair da crise?

Durante muito tempo, fomos habituados ao comodismo, o petróleo era o nosso ouro negro, era praticamente a resposta para todos os problemas. Não criámos estratégias para olharmos para outros sectores como recursos que pudessem também contribuir para a nossa

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Luís Cupeñala, mesmo ausente do país, garante ter criado as condições para manter os seus negócios de pé

balança comercial, mas a crise do petróleo trouxe um novo paradigma, olhar para outras janelas e fronteiras porque Angola é um país bastante rico. Na África subsariana, é um país com as maiores bacias ou recursos hídricos, tem terras aráveis e também, por outro lado, tem outros recursos minerais. Tem o melhor granito, o melhor mármore. Angola já exportou café, já esteve no mercado mundial como exportador de madeira. Se tivermos estratégias claras e fazermos investimentos de maneira actuante, vamos poder, no quadro do programa de diversificação da economia, fazer o resgate do nosso país. Tanto actores privados como membros do executivo e a sociedade civil, todos aprendemos que o petróleo não é o maior recurso.

Mas para desenvolver estes recursos é preciso investimento e o empresário angolano está com dificuldades...

Os recursos nunca foram muitos e é, por isso, que tem de haver uma capacidade de articulação diferente.

Não há quem tenha muito dinheiro por isso é que existe o sector financeiro. Os bancos, a responsabilidade e o negócio que têm, devem dar crédito, financiar a economia. Se os bancos financiarem a economia a juros flexíveis, vamos ter uma economia dinâmica num curto espaço de tempo. Mas é preciso também que se faça grandes mudanças na nossa política macroeconómica, sobretudo nas políticas monetárias e fiscais. Tudo isso tem que ser revisto. As barreiras aduaneiras têm de ser muito bem analisadas, como a burocracia, sobretudo no registo das empresas estrangeiras. É necessário criar instrumentos que acelerem o registo dessas empresas, facilitar a comunicação. A melhoria das infra-estruturas rodoviárias. Por outro lado, a corrupção ainda é um outro cancro. É necessário continuarmos, com coragem, a fazer a luta contra a corrupção para que o ambiente de negócio se torne cada vez mais atractivo não só para o mercado internacional, mas também para o interno. É necessário também que o

Os bancos devem dar crédito, financiar a economia. Se os bancos financiarem a economia a juros flexíveis, vamos ter uma economia dinâmica num curto espaço de tempo.

Estado redobre o apoio ao empresário privado. Está em causa a soberania. Precisamos do investimento estrangeiro directo, não há nenhum país que se desenvolveu sozinho, precisamos de outras culturas, outras experiências, mas, no entanto, é preciso que se crie uma classe empresarial forte de angolanos que possam participar na criação da riqueza nacional.

Como é que se cria esta classe empresarial forte sem correr o risco de cometer os mesmos erros do passado, que estão agora a ser combatidos como a corrupção, tráfico de influências, impunidade e monopólios?

A criação de uma classe empresarial forte não é o Governo dar dinheiro às pessoas para fazerem empresas. Esse é um paradigma completamente diferente e as economias não são feitas assim. Há muita gente no mercado informal. São chamados empreendedores natos, muitos deles não têm alvará. É preciso formalizar este mercado informal. São pequenos empreendedores que têm iniciativas próprias. Se tiverem crédito, podem crescer para grandes empresas. As empresas não se criam com o Governo a criar um 'saco azul' para dar dinheiro. Isso é corrupção e é exactamente isso que levou à ruptura da nossa economia. O Estado tem de criar um ambiente económico que permita às empresas realizarem actividades, que a banca funcione, que

haja políticas fiscais conducentes e políticas monetárias atractivas. Que haja competitividade. Este espaço de competitividade vai permitir que as várias iniciativas apareçam, porque onde há condições de trabalho, mercado, procura e oferta, há circulação de dinheiro. Os mercados são feitos assim, a responsabilidade do Governo é regular para que tudo que seja feito de acordo com as leis.

O governo não pode ser um factor impeditivo, por um lado, e, por outro lado, precisa também evitar a promiscuidade, em que os ministros são empresários e são os que recebem projectos de empresas privadas porque também são concorrentes.

Mas estas práticas já não se podem considerar como sendo do passado? São do passado, mas ainda existe inércia, é preciso fazer muito trabalho para o nível que Angola pretende atingir.

O BNA tem criado políticas, mas os bancos resistem a conceder cré-

“ O BNA tem de criar políticas sérias que permitam que haja crédito. ”

As empresas não se criam com o Governo a criar um 'saco azul' para dar dinheiro. Isso é corrupção.

As barreiras aduaneiras reduzem a competitividade dos países.

Estamos a lutar para que o sector empresarial seja forte, mas temos o BNA como concorrente.

PERFIL

Co-fundador do grupo empresarial Bongani, em 1998, Luís Cupeñala trabalhou, até então, e durante 14 anos, no Grupo Valentim Amões (GVA)- Como CEO do GVA, foi responsável por reconstruí-la tornando-a no maior grupo de empresas de Angola, após a maior parte dos seus activos terem sido destruídos durante a guerra civil. A empresa passou de 40 para mais de mil trabalhadores com operações em diversas áreas como habitação, turismo, transporte, indústria, entre outras. É formado em Telecomunicações, certificado em comunicações, MBA pela Mancosa, África do Sul.



O governo não pode ser um factor impeditivo, por um lado, e, por outro lado, precisa também de evitar a promiscuidade, em que os ministros são empresários e são os que recebem projectos de empresas privadas.

dito justificando-se com os riscos impostos pela situação económica. Como o Governo se deve posicionar?

O problema é que o Estado não pode ser árbitro e jogador ao mesmo tempo. O BNA tem as suas políticas, as políticas monetárias. Regula a banca. Tem a responsabilidade de disciplinar a actividade financeira no mercado. O BNA, por sua vez, vende títulos e o risco dos títulos é zero então os bancos preferem comprar e vender títulos porque não há risco nenhum. Estamos a lutar para que o sector empresarial seja forte, mas temos o BNA como concorrente. Fica difícil porque os bancos comerciais são regidos pelo BNA. São outros imperativos que ainda precisam de ser analisados e limados para que tenhamos um mercado que realmente obedeça a critérios internacionais.

Muito recentemente o governador do BNA criticou publicamente os bancos por não cederem crédito...

O meu entendimento é este, que o BNA tem de criar políticas sérias que permitam que haja crédito.

Há necessidade de se melhorar a questão dos impostos e barreiras aduaneiras, o que sugere?

Angola subscreveu o acordo do comércio livre. É necessário fluxo de negócios e não estou a falar só de Angola, mas de forma geral. O grande problema do atraso de África é a nossa insistência nas barreiras aduaneiras. As barreiras aduaneiras reduzem a competitividade dos países para poderem fazer mais dinheiro. Há países que abriram as áreas francas e estas aceleram o desenvolvimento. Os países que enveredaram para isso, como por exemplo o Dubai, desenvolveram-se. Mesmo a China, numa determina altura para dar o salto qualitativo teve de abrir as portas para o mercado internacional. Muitas empresas do Ocidente praticamente revolucionaram a economia da China. Quando se fecha a porta não é possível desenvolver. Não podemos falar de protecção, de que para o nosso desenvolvimento temos de proteger a classe empresarial. É necessário que haja competitividade para que haja crescimento. O problema é estrutural. Há muita coisa que tem de ser melhorada.

Mas hoje, por exemplo, o Estado precisa mais dos impostos devido

à crise do petróleo. Não?

Mas tem de fazer o balanço. Pode tornar o seu celular muito mais caro. Ao invés de receber mil celulares por dia, receber cinco celulares porque há muitos impostos. Se baixar os impostos, atrai muita gente para o mercado e o negócio é de escala, faz muito mais dinheiro do que ao criar barreiras aduaneiras. Há muitas análises que se fazem. Precisamos de andar muito rápido. Se, de facto, a diversificação da economia é o nosso lema, há muitos pressupostos agregados a isso para que tenhamos o resultado desejado.

E como vê o posicionamento de Angola na Zona de Comércio Livre?

Angola entra com os dois pés. Angola não é uma ilha e ao subscrever o acordo quer participar da corrida. E certamente não vamos para este mercado com as mãos a abanar, porque temos recursos. O que é necessário é que tenhamos valor acrescentado nestes recursos para que possamos fazer mais dinheiro e gerar empregabilidade no nosso país. A questão da industrialização é extremamente importante para que, ao invés de exportarmos matéria-prima, exportemos produtos acabados.

Rejeita a possibilidade de nos tornarmos apenas mercado de produtos de países que como a África do Sul, por exemplo, que já têm uma certa capacidade de exportação?

Não, não. Não podemos olhar por este prisma, porque temos recursos e um dos maiores recursos é o povo.

Mas os outros já estão a produzir...

Também podemos produzir. A atracção do investimento estrangeiro é extremamente importante para participar do processo da industrialização do país.

O vosso grupo já exporta?

O mercado interno ainda consome tudo. É necessário ainda satisfazer as apetências internas depois partimos para o mercado internacional, embora muitos produtos sejam de exportação. Este é o quadro que vamos aprimorar. Há produtos que, na sua generalidade, são de consumo interno, mas há outros que quando aumentarmos a nossa capacidade de produção, vamos começar a exportar até porque temos muitos pedidos no Dubai e no Congo Democrático.

Como o vosso grupo, muitas indústrias ainda lutam para produzir o suficiente para o mercado interno. Não vamos tornar-nos mais num mercado consumidor?

O que é necessário é o aumento da capacidade de produção para que possamos alimentar o mercado interno. É um processo que leva tempo.

Mas para aumentar a produção é necessário a banca...

Estamos numa jornada, é uma viagem. Há situações que vão melhorando ao longo da caminhada. O mais importante é sermos optimistas, termos os olhos fixos no futuro, que é possível em Angola fazermos grandes coisas quando temos determinação própria.

Está fora do país há praticamente um ano, tem sido fácil gerir as empresas?

O que nós aprendemos, sobretudo na minha vida empresarial, é que para ser líder é necessário criar outros líderes, porque os homens ficam e as instituições ficam. Se criarmos pessoas com capacidade de fazer as coisas, que compreendem e entendem a nossa voz, compreendem os pilares da organização, a visão que traçamos, sem dúvida nenhuma que a nossa ausência física não abala a organização. É exatamente isso que tem estado a acontecer. Tenho uma equipa a trabalhar no terreno em Angola e no Dubai e, na base destes instrumentos electrónicos que usamos hoje, presta contas e apresenta trabalho que estão a fazer.

Como analisa o Governo?

Precisamos que o Governo tenha mais espaços para ouvir os empresários, não olhar apenas para os investidores estrangeiros. É necessário que o executivo tenha espaço de concertação para saber quais são os grandes problemas que existem, embora sobejamente já sabem, mas precisam de encorajamento para que aqueles que ainda sobram na caruagem, encorajados, possam fazer para avançar. Os problemas que temos hoje não só afectam o empresário como o próprio Estado. Precisamos partilhar um espaço comum para ver quais são as melhores estratégias para a saída da crise.

Mas o governo tem sido dialogante.

O problema não é só dialogar. Uma coisa é teoria e outra a prática. Estamos a pedir que haja mais interatividade, precisamos de trabalhar juntos.

Economia/Política

CONSULTORIA PARA MELHORAR A IMAGEM DE ANGOLA

Offshore ‘engole’ 60% do dinheiro pago por Angola à lobista americana

RELATÓRIO. Empresa registada em Malta é a única na lista de consultoras externas da Squire Patton Boogs e recebeu cerca de 625 mil dólares. Contrato com Angola foi renovado por mais um ano.

Por César Silveira

O Governo pagou, no último semestre de 2020, cerca de 1.042 mil dólares à empresa de lobby norte-americana Squire Patton Boggs (SPB) que, por sua vez, pagou 625 mil USD, ou cerca de 60% do valor em consultoria externa, cuja única beneficiária é a empresa Erme Capital, uma offshore criada em Malta.

Segundo o relatório de actividade da SPB, do último semestre de 2020, consultado pelo VALOR, a SPB recebeu cinco pagamentos de pouco mais de 208.333,34 USD cada um e efectuou seis pagamentos de 104.166,67 USD cada um para a Erme Capital que, entre os registos da criação, tem o nome de Pedro Nuno Gomes Pinto Ferreira, filho de Carlos Pinto Ferreira, muitas vezes citado como próximo do ex-vice-Presidente, Manuel Vicente.

Angola contratou a SPB, em Junho de 2019, para “elevar o sistema financeiro de Angola aos padrões internacionais”, bem

como para “aumentar as trocas comerciais e o investimento americano em Angola” e “melhorar a imagem de Angola nos Estados Unidos”. Nesta mesma altura, ficou acordado que a Erme Capital seria subcontratada pela SPB como se pode ler numa carta enviada pelo representante da empresa para as relações com Angola, Robert Kapla, ao secretário do Presidente da República para os assuntos diplomáticos e de cooperação internacional, Victor Manuel Rita da Fonseca Lima, que assinou o contrato em representação de João Lourenço.

“Brand e eu seremos os principais responsáveis pelo trabalho do SPB neste assunto. Seremos apoiados por uma equipa ampla e experiente de colegas, muitos dos quais você conheceu em Washington DC. Além disso, o SPB assinará um contrato de subcontratação com a Erme Capital que auxiliará o SPB em sua representação do Governo. Por fim, o SPB e a EC farão registrar-se de acordo com a Lei de Registro de Agente Estrangeiro dos EUA antes de se envolver em actividades políticas em nome do Governo”, lê-se na missiva com data de 18 de Março de 2019.



CONTRATO RENOVADO E GOVERNO COM DÍVIDA

Ao pagar pouco mais de 1.042 mil dólares no segundo semestre de 2020, o Governo não honrou o preceituado no acordo que define a que em cada semestre Angola pagaria um total de 2.050 mil USD, repartidos em prestações mensais de 341.667 USD que devem

ser pagas antecipadamente. Ou seja, terminou o ano com uma dívida de 1.007,8 mil USD com a empresa norte-americana.

No primeiro semestre de 2020, o Governo pagou a totalidade dos 2.050 mil previstos, mas, no relatório consultado pelo VALOR, não foi possível apurar os valores que foram pagos para a consultoria externa, ou seja, para as contas da Erme Capital no referido período.

A SPB foi contratada, em Junho de 2019, por 4.100 mil dólares para um período de um ano, renovado por mais um ano, desde que uma das partes não manifestasse o interesse de rescindir até Junho de 2020. E foi renovado netes termos.

O contrato entre a Squire e a Erme Capital, de resto, é um dos que supostamente está em investigação nos Estados Unidos por envolver uma empresa norte-americana a efectuar pagamentos a uma offshore sediada em Malta, de acordo com o relatório da Pangea Risk.

No referido relatório, a consultora lembra que, a fim de estabelecer a sua jurisdição sobre as supostas violações, a investigação dos Estados Unidos concentra-se em transacções envolvendo interesses dos Estados Unidos, como o uso da moeda e de bancos sediados nos Estados Unidos, bem como o envolvimento de empresas sediadas ou listadas nos EUA, que seria o caso da SPB.

No entanto, na sequência da divulgação do referido relatório, a Squire Patton Boggs disse desconhecer qualquer investigação às autoridades angolanas em curso nos Estados Unidos. “Não fomos abordados por nenhum investigador dos EUA”, salientou o chefe do grupo de políticas públicas da companhia de advogados e representante das relações com Angola, Robert Kapla, garantindo que a empresa é transparente na sua actuação.

O QUE JÁ FOI FEITO

No período em análise, a SPB estabeleceu cerca de 70 contactos em nome do Governo angolano através de correio electrónico e chamadas telefónicas. Entre os nomes contactados, destaca-se o da embaixadora americana em Angola, Nina Fite, enquanto o Departamento norte-americano do Comércio se destaca entre as instituições mais contactadas.

625

Milhões de dólares foram pagos à Erme Capital pela SPB por consultoria externa no último semestre de 2020.

A CERÂMICA Orquídea, a única cerâmica em funcionamento no Bié, produz actualmente apenas 60% da sua capacidade, o que corresponde a 320 mil tijolos por mês.

NOVO DIPLOMA JÁ ENTROU EM VIGOR

Transgressões hídricas mínimas agravam 200%

TRIBUTAÇÃO. Incumprimentos podem levar a execuções fiscais, com multas e juros. Taxa poderá ser reduzida em 50% em casos relacionados com a actividade industrial ou para entidades licenciadas para o fornecimento público.



Central hidroeléctrica de Capanda, no Kwanza-Norte

Por Júlio Gomes

O valor da multa para as transgressões mínimas na captação de água disparou 200%, saindo dos 13.640 para os 40.920 kwanzas, segundo determina o Decreto Presidencial nº. 41/21, que mantém, entretanto, nos 4.092.000 kwanzas o valor máximo das penalizações.

O documento, que aprova o novo regime jurídico da taxa de captação de água (TRH cap) e que

revoga toda a legislação anterior, extingue também a taxa média das multas, fixadas anteriormente em 40.920 e 2.728.000 kwanzas.

Aplicáveis a pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sujeitas ao regime de licença ou concessão de captação de água bruta, as novas regras determinam o pagamento anual da taxa até 31 de Março ou, excepcionalmente, no prazo de 15 dias a contar da notificação por órgão competente. Os incumprimentos, explica o Decreto, além de multas e juros, podem levar à “cobrança coerciva mediante processo de execução fiscal”.

Num outro desenvolvimento, o diploma estabelece a redução especial da taxa até 50%, desde que a “captação de água seja para a produção de energia hidroeléctrica em aproveitamentos com queda bruta máxima inferior a 10 metros”, ou desde que a “água seja objecto de bombagem em aproveitamentos de produção de energia hidroeléctrica que empregue grupos reversíveis” ou ainda no caso de “captação de água para as concessionárias ou entidades licenciadas para o abastecimento público”. É aplicável também a redução da taxa nos casos em que a captação seja

31

De Março, data limite determinada pelas novas regras, para o pagamento anual da taxa de captação de água.

para o sector industrial, desde que o utilizador comprove ter realizado uma redução significativa (superior a 30%) no volume captado ao longo dos cinco anos anteriores à data dessa comprovação ou que possua um plano de investimentos que assegure a

referida redução nos cinco anos seguintes.

Mas estas reduções [no sector industrial] ficam sem efeito sempre que se comprove a não concretização dos planos de investimento no referido prazo.

O instrutivo orienta ainda a entrada do valor resultante da cobrança da taxa de captação de água na Conta Única do Tesouro, cabendo, a título de transferência orçamental, 20% para os Órgãos de Administração de Bacias Hidrográficas, igual fatia para o Instituto Nacional de Recursos Hídricos, 40% para o Fundo Nacional de Recursos Hídricos e 20% para a Conta Única do Tesouro.

À ESPERA DE REGIME TRIBUTÁRIO

De acordo com o documento, compete aos titulares dos sectores das Finanças e das Políticas de Recursos Hídricos, ouvido o Conselho Nacional de Águas e autorizado pelo Titular do Poder Executivo, estabelecer, mediante decreto executivo conjunto, “o regime de taxa dos usos não consumptivos dos recursos hídricos”, que compreendem a pesca artesanal, semi-industrial e industrial, a aquicultura comercial, a extracção de inertes e recursos geológico-mineiros, a exploração das actividades de navegação, a recreação e desportos com fins estritamente comerciais.

Também aguardam pelo mesmo regime o estabelecimento de estruturas flutuantes que, pela dimensão e características, não sejam consideradas complementos de uso recreativo; a instalação de estruturas flutuantes, nomeadamente, jangadas, piscinas, balizagem, e a sinalização para fins privativos ou associadamente comerciais. Também estão incluídas a ocupação de terrenos hidráulicos para fins privativos, a exploração de actividades comerciais ou a estas associadas, ou ainda a exploração ou apoio a quaisquer actividades económicas.

O anterior diploma esclarece a responsabilidade do Titular do Poder Executivo na atribuição das concessões de utilização dos recursos hídricos que implicavam a captação de caudais iguais ou superiores a 2.000 litros, por segundo, ou a retenção de volumes de água iguais ou superiores a 500.000.000 de metros cúbicos. A atribuição das demais era da responsabilidade do ministro de tutela.

Economia/Política

ALÉM DE SINALIZAR PROGRESSOS

EUA preocupados com a continuidade da corrupção nos negócios

RELATÓRIO. Departamento de Estado dos EUA elogia avanços no país, mas realça a continuidade da corrupção “generalizada” incluindo na Justiça.

Por César Silveira

Os Estados Unidos da América mostram-se preocupados por a corrupção continuar a “ser uma parte comum dos negócios em Angola, incluindo dentro do sistema judicial”.

A posição é do Departamento de Estado norte-americano vem expressa no comunicado de lançamento do concurso público para acesso à linha de financiamento de 1,3 milhões para as organizações da sociedade civil.

“A corrupção ainda é generalizada. Angola sofre de freios e contrapesos inadequados, bem como de uma cultura persistente de impunidade. Os pagamentos de facilitação continuam a ser uma



parte comum dos negócios em Angola, incluindo dentro do sistema judicial”, escrevem as autoridades norte-americanas, notando que “esta corrupção persistente representa riscos reais para a trajectória de reforma de Angola nos próximos dois anos”.

No documento, entretanto, o Presidente João Lourenço é elogiado por, nos últimos dois anos,

ter feito “progressos impressionantes na prossecução de uma agenda anti-corrupção”. “O Governo de Angola priorizou o combate à captura do Estado, o que incluiu o combate ao poder das elites na apropriação de recursos públicos para benefício privado. Funcionários acusados de corrupção foram indiciados por acusações de corrupção, e uma nova lei de

combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo melhorou a transparência e a responsabilidade.”

O FUTURO PODE SER PIOR
Por outro lado, o Departamento de Estado norte-americano manifestou-se preocupado com a possibilidade de as autarquias concorrerem para o aumento da corrupção, sobretudo

nas fases iniciais. “Embora seja um passo importante na responsabilização do Governo, a descentralização também produzirá novas oportunidades para a corrupção. As evidências sugerem que a corrupção pode aumentar nas fases iniciais da descentralização, reduzindo o apoio às reformas democráticas. Esta maior oportunidade para a corrupção subnacional representa o risco de azedar a percepção pública da descentralização e inverter o progresso democrático em Angola”, alerta.

LINHA DE FINANCIAMENTO

É com o propósito de ajudar a estancar a corrupção existente e também prevenir o aumento que o Departamento de Estado norte-americano abriu a linha de financiamento de 1,3 milhões de dólares, destinado a organizações da sociedade civil, solicitando destas “propostas para um programa que trabalhe para reduzir a corrupção em Angola”.

“As actividades do programa podem incluir, mas não se limitam a: fornecer à sociedade civil angolana e aos meios de comunicação habilidades, ferramentas e acesso para investigar e monitorar a corrupção; capacitação da sociedade civil angolana para realizar esforços de advocacia em torno das reformas da corrupção, como a implementação da Lei Alta Autoridade Contra Corrupção (Alta Autoridade contra a Corrupção), adesão à Iniciativa de Princípios Voluntários, ou reformas para prevenir a corrupção nos novos governos locais; e fornecer apoio à sociedade civil angolana e aos meios de comunicação para educar o público sobre as reformas em curso contra a corrupção em Angola”.

À SUA EXCELÊNCIA
Sr. Evaristo Mulaza
Diretor Geral
Jornal Valor Económico

LUANDA

Ref.: DG/NV/2021.12

17 de Fevereiro de 2021

Assunto: Direito de resposta da notícia de 15 de fevereiro, “Consórcio Franco-Angolano desistiu do Terminal Multiusos por suspeitas no Concurso Público”

Exmo. Director Geral do Jornal

“Valor Económico”

Vimos por este meio manifestar a nossa total surpresa e profundo desagrado pelo teor da notícia “Consórcio Franco-Angolano desistiu do Terminal Multiusos por suspeitas no Concurso Público” que foi publicada na edição de 15 de Fevereiro de 2021 do vosso semanário. Como deve saber, nós nunca fomos contactados pelo vosso Jornal, e caso isso tivesse acontecido poderíamos ter percebido desde logo a nossa posição.

Passamos então a clarificar: A razão da nossa desistência

não se deve a nenhuma suspeita, deve-se única e exclusivamente à desistência do nosso Parceiro, que decidiu na fase final do processo, que do ponto de vista financeiro e do risco associado ao projeto, não estarem criadas todas as condições. A nossa posição face ao concurso está totalmente expressa nas cartas de resposta, e em particular, as razões da nossa desistência, estão identificadas na nossa última carta à Comissão de Avaliação.

É especialmente grave a referência na vossa notícia de que o Consórcio desconfia que “houve

manigâncias”. Isso não é verídico, e nunca da parte do Consórcio isso foi mencionado.

O que é verdade é que sempre mantivemos uma postura aberta e direta, e tentámos justificar as nossas posições ao longo da fase de avaliação de propostas e fase de negociação. As regras do concurso estabeleciam a possibilidade de cada concorrente poder apresentar argumentos e foi isso que fizemos na tentativa de defender o melhor possível o mérito da nossa abordagem e proposta. Mantivemos sempre uma postura cordial e respeitosa e recebemos sempre um

tratamento similar por parte das Autoridades. Tentámos contribuir para um processo justo e transparente, como pode ser confirmado nas nossas cartas.

A bem da veracidade dos factos e da informação prestada aos leitores e sociedade em geral, e ao abrigo do direito de resposta gostaríamos, que esta comunicação possa ser tornada pública no vosso jornal na sua próxima edição.

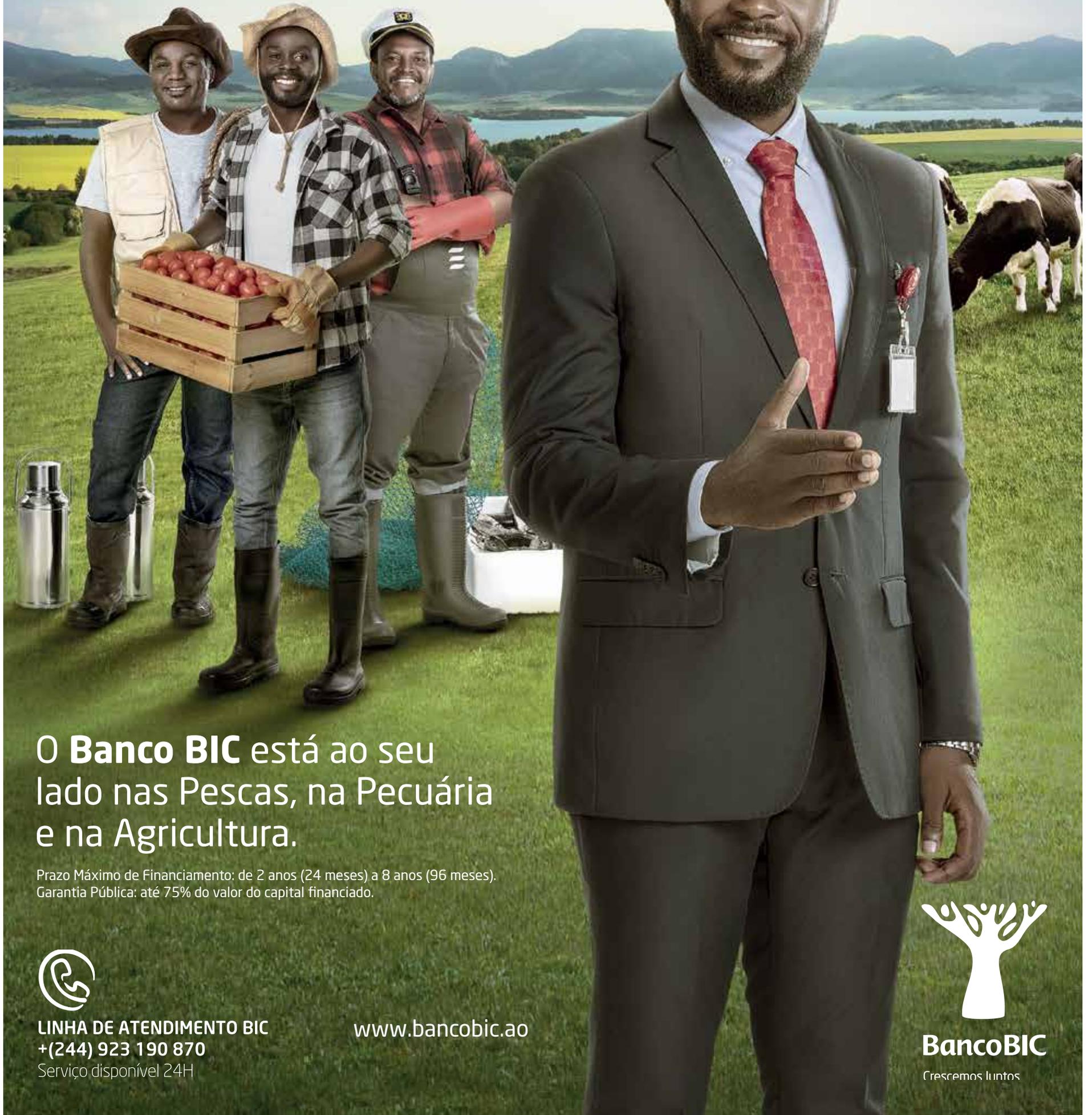
A Multiparques apresenta os seus respeitosos cumprimentos.

Leonel da Rocha Pinto
Director Geral - Multiparques



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

NOVA AMBIENTAL E QUEIROZ GALVÃO ENCERRAM PORTAS

Empresas de limpeza urbana colocam mais de 1.300 no desemprego

ANTIGAS EMPRESAS DESCARTADAS NO PRÓXIMO CONCURSO

O governo de Luanda vai abrir, nos próximos dias, um concurso público para encontrar novas operadoras. Mas a participação de algumas das cinco anteriores está vetada, por alegadamente estarem em “condições desfavoráveis” pelo facto de “não disporem de meios técnicos.” Enquanto não há operadoras contratadas, a única das que viram os contratos suspensos a operar é a Vista Waste. Uma outra nova com a designação Multi Limpeza também esta a operar, tendo inclusive começado a recrutar novos funcionários, como se pode notar na instalação localizada nos Mulenvos, Viana. Algumas vozes do sector dão conta, entretanto, de se trata de favorecimento para, em troca, as duas ganharem o contrato. O governo provincial contesta, entretanto, a acusação “em absoluto”, garantindo tratar-se de “uma acção solidária.”

Outras vozes questionam o formato de limpeza “com base na área limpa”, temendo que não venha a funcionar. O reajuste contratual ao kwanza também é visto como um constrangimento, já que deve dificultar a manutenção dos transportes e outras máquinas, cujos componentes são adquiridos em divisas.

NÃO PAGA HÁ QUASE 3 ANOS Desde o ano de 2018 o governo provincial de Malanje não paga uma dívida estimada em 300 milhões de kwanzas à empresa de limpeza urbana Catycel.

Catarina Fernandes, gestora e proprietária da empresa, conta que várias promessas de liquidação foram feitas entre 2019 e 2020, inclusive por parte do governador Norberto Fernandes dos Santos, mas “sem nenhuma materialização”.

A empresária explica que a situação a obrigou a retirar a empresa da província para prestar serviços a particulares em Luanda. A falta de pagamento impediu, por exemplo, o pagamento de um mês e 15 dias de salário aos funcionários, razão por que um ex-funcionário acabou por levar a empresa a tribunal.

Nas mesmas condições, de acordo Catarina Fernandes, estão outras duas empresas que, desde 2016, prestavam serviço de limpeza urbana na província.



SANEAMENTO. Empresas não resistiram ao aperto financeiro agudizado com a falta de pagamentos do Governo Provincial de Luanda. Há questionamentos sobre o novo modelo em cima da mesa. E há quem considere “contraproducente” o cancelamento de contratos com as operadoras, face à promessa dos 500 milhões de empregos.

Por Guilherme Francisco

A Nova Ambiental e a Queiroz Galvão, duas das cinco operadoras privadas de limpeza urbana que viram os contratos suspensos em Luanda, foram obrigadas a encerrar completamente, mandando para casa mais

de 1.300 funcionários, devido à falta de pagamentos do governo provincial que, após a certificação da dívida, encaminhou ao Ministério das Finanças, sem margem de início de liquidação.

Fonte ligada à Nova Ambiental confirma que, além do encerramento definitivo, a empresa já entregou inclusive o centro de opera-

ções, sito nos Mulenvos, em Viana, a uma empresa de construção. “Infelizmente, não temos dinheiro para continuidade, a questão é financeira”, precisa a fonte, acrescentando que mais de mil funcionários ficam desempregados, mas sem qualquer atraso salarial. A gestão brasileira, por sua vez, regressa, nos próximos tempos, ao país de origem.

Pelos mesmos motivos, a Queiroz Galvão vai fechar as portas da sucursal de limpeza urbana, estando em curso o despedimento dos 300 funcionários, desde administrativos a operadores, até 28 de Fevereiro, data em que encerra o estaleiro. Nesta altura restam somente 50 por despedir.

A empresa, que até então se responsabilizou pela limpeza nos Distritos da Samba, Sambizanga, Rangel e Kilamba Kiaxi, garante a fonte, termina vínculo com os funcionários sem pendentes salariais graças ao recurso a outras sucursais internacionais. Todavia, lamenta a “falta de sensibilidade do governo de Luanda”, considerando-a totalmente “contraproducente”, face à política do Executivo de empregabilidade. “A atitude de suspender os contratos é contrária à política do Governo de empregar 500 mil pessoas, é uma pena. As empresas de limpeza são as que mais empregam em Luanda”, critica.

A SOCIEDADE PETROLÍFERA (SOMOIL) pretende duplicar, este ano, o volume dos investimentos com o objectivo de aumentar a capacidade de produção de petróleo nos blocos por si operados.

POR DECISÃO DO BNA

Alargada lista de entidades obrigadas a informar à CIRC

FINANÇAS. Instituições prestadoras de serviços juntam-se aos bancos. Todos são obrigados a reportar ao Banco Central informações sobre créditos e a quem se destinam.

Por Isabel Dinis



O Banco Nacional de Angola (BNA) alargou a lista de entidades abrangidas pela obrigatoriedade de reportarem à Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC).

A abrangência passa a incluir todas as instituições e sociedades financeiras que exerçam funções de concessão e ou gestão de crédito.

De acordo com um aviso do BNA e publicado já em Diário da República, consultado pelo VALOR, a lista de instituições com obrigação de informação à CIRC passa a incluir agora as prestadoras de serviços de pagamento que concedam crédito, nos termos da Lei do Sistema de Pagamentos. Este aviso revoga o de Fevereiro do ano passado.

A CIRC é uma base de dados gerida pelo BNA. Tem como objectivo centralizar a informação sobre responsabilidades de crédito contratadas junto de instituições ou sociedades financeiras efectivas ou potenciais, decorrentes de operações de crédito, de que sejam beneficiárias pessoas, colectivas ou equiparadas, na qualidade de mutuários, avalistas ou garantantes. A unidade tem ainda como objectivo centralizar a informação referente a cheques apresentados sem provisão de fundos e disponibilizar a informação recolhida às instituições financeiras nacionais para efeitos de avaliação do risco do cliente e ainda para estatísticas de risco de crédito.

A informação facultada pelo BNA para estatísticas apenas pode ser comunicação agregada, não podendo ser divulgada, “em qualquer circunstância os nomes dos mutuários, avalistas, ou garantantes, a outras entidades” que não as participantes.

O aviso do BNA adverte que informação constante no CIRC é da inteira responsabilidade das entidades participantes que a tenham fornecido, cabendo a estas proceder à eventual alteração ou rectificação, caso tal se torne necessário.

‘MAKA’ DOS HOTELEIROS COM À CIRC
Os hoteleiros consideram a CIRC uma base de dados “má”, que “exclui” os empresários que “lutarão” e que deram o seu “melhor” para construir hotéis em épocas de “grandes dificuldades”.

Já em 2019, o presidente da Associação de Hotéis e Resorts de

Angola (AHRA), Armindo César, afirmava que os empresários não concordavam com a existência da CIRC e estavam a “lutar com o Governo para que o problema fosse resolvido”. O presidente da AHRA considerava, na altura, a CIRC um mecanismo “extremamente penoso” que tinha excluído quase metade dos empresários do país para conseguirem novos créditos. “Um esperto conseguiu aconselhar o Estado a amarrar esses empresários que devem à banca com um mecanismo que é extremamente penoso. Criou-se uma espécie de ‘lista negra’ que obriga os bancos a remeter os nomes dos hotéis e empresas que devem à banca. Quando entram na CIRC, automaticamente estão na lista negra”, rematou.

Armindo César ia mais longe e questionava como é que o Governo se dava ao “luxo” de criar um mecanismo que exclui muitos empresários que dão o seu “melhor para o crescimento do país”.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

COM O APOIO, NA GENERALIDADE, DO MPLA, CASA-CE E PRS

Aprovada lei que protege independência do BNA

XXXXXXXXX. Proposta de lei insere ajustamento no quadro jurídico institucional e prevê um estatuto que protege da interferência ou influência de quaisquer entidades relativamente à estrutura interna, funcionamento, tomada de decisões. Unita defende que independência da instituição só será possível com revisão constitucional.

Por Redacção

O Banco Nacional de Angola (BNA) poderá, nos próximos tempos, "alinhar-se com as melhores práticas dos bancos centrais da região" da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Para o alcance do desiderato, foi aprovada, na generalidade, pela Assembleia Nacional, da proposta de Lei do BNA com 118 votos a favor do MPLA, da Casa-CE e do PRS, e 26 abstenções da Unita.

Para o governador do BNA, José de Lima Massano, que procedeu à apresentação da proposta legislativa, no seguimento das reformas



O mandato dos órgãos do governo e administração do BNA passam para seis anos, renovável uma única vez.

MEMORIZE

● A proposta de lei mantém a possibilidade de concessão de crédito ao tesouro nacional, até ao equivalente a 10% das receitas ordinárias arrecadadas no ano anterior, podendo ainda o BNA no cumprimento da missão comprar e vender títulos de dívida pública em mercado secundário e negociar valores mobiliários e outros instrumentos negociáveis no mercado regulamentado.

estruturantes em curso no país e, em particular, no sector financeiro, pretende-se, com a modernização do banco central, a "clarificação do mandato e a revisão do modelo de intervenção nos mercados".

Massano apontou, por exemplo, que, apesar de Angola ter ensaiado momentos de estabilidade de preços, o certo é que a taxa de inflação se tem mantido "sistematicamente alta e acima dos critérios de convergência macroeconómica da SADC".

"Como é dito muitas vezes, a inflação é o mais injusto dos impostos em qualquer economia, porque, apesar de afectar de forma negativa o investimento e o consumo, é na qualidade de vida dos cidadãos de rendimentos mais baixos que se verificam os efeitos mais perniciosos."

De acordo com o número um do BNA, a proposta de lei insere um ajustamento no quadro jurídico institucional, passando a prever-se um estatuto que protege da interferência ou influência de quaisquer entidades relativamente à estrutura interna, funcionamento, tomada

de decisões e exercício de poderes enquanto banco central e emissor, definindo, entretanto, linhas gerais que regula a actividade.

No entanto, na declaração de voto, a deputada da Unita Mihaela Webba esclareceu que o sentido da abstenção se deveu ao facto de, apesar da proposta pretender dar a entender que doravante o BNA passará a ser independente do executivo, "em rigor, isso só poderá acontecer se existir uma revisão constitucional, que limita o poder discricionário do Presidente da

República de nomear e exonerar o governador e os vice-governadores do Banco Nacional, podendo estes terminar ou não os mandatos sem cometer qualquer infracção criminal, disciplinar ou civil", defendeu a deputada do maior partido na oposição.

Do ponto de vista da autonomia funcional no cumprimento da missão principal, José Massano refere que ao BNA passa a competir a decisão sobre quais os instrumentos que pretende utilizar na persecução de objectivos de preservação do valor da moeda, através do Comité de Política Monetária.

Na proposta de Lei, está previsto que o BNA passe a exercer a função de autoridade de supervisão macro prudencial nacional, articulando acções com demais reguladores do sistema financeiro, mantendo, adicionalmente, as funções de autoridade cambial, gestor das reservas internacionais, financiador de última instância, supervisor e administrador do sistema de pagamentos de Angola e de regulador e supervisor de instituições

financeiras bancárias e determinadas não bancárias.

"Já do ponto de vista de autonomia pessoal, pretende-se que os membros dos órgãos de decisão do BNA passem a dispor de salvaguardas relativamente à capacidade para tomar decisões sem influência externa, o que se traduz em requisitos específicos para a designação e numa duração mínima dos mandatos, que passa a ser diferenciada da duração dos do poder político", sublinhou.

ADMINISTRAÇÃO COM APENAS UM MANDATO

Para o governador do BNA, a transparência e a prestação de contas "[são], neste quadro de importância, fundamentais", tendo sido asseguradas na proposta de lei, "com alterações profundas no modelo de governação e de fiscalização do BNA".

"O conselho de administração ganha competências de supervisão, passando a contar com administradores não executivos em posição de maioria de membros. O mandato dos órgãos do governo e administração do banco central passam para seis anos, renovável uma única vez, no caso de membros executivos e não se admite a renovação do mandato dos administradores não executivos, com o propósito de garantir a isenção no exercício da função de fiscalização e supervisão", esclareceu.

Já ao conselho de administração compete a aprovação do orçamento e contas, e a fiscalização geral do funcionamento do BNA, que passa a contar com um Comité Executivo responsável pela gestão corrente.

Por outro lado, os administradores não executivos compõem o previsto Comité de Auditoria, órgão responsável para supervisionar os mecanismos de auditoria interna e externa, a eficácia global dos sistemas de controlo interno, a integridade das administrações financeiras, bem como aferir a legalidade dos actos de gestão dos órgãos do banco central.

"O orçamento do BNA deverá ser remetido para conhecimento do poder executivo até ao dia 30 de Novembro de cada ano civil, as demonstrações financeiras, que se mantêm sujeitas à auditoria externa independente, devem ser submetidas ao poder executivo até 30 de Março, o relatório e contas e o relatório do auditor externo devem ser publicados até 30 de Abril de cada ano civil", disse.

NIGERIANA É A NOVA DIRECTORA GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Ngozi Okonjo-Iweala a nova chefe da OMC

Ngozi Okonjo-Iweala,
directora-geral da
Organização Mundial
do Comércio



LIDERANÇA Entra em funções no início do mês de Março a nova líder da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala e inaugura o lugar de primeira mulher e primeiro africano à frente da instituição.

Por Redação

Aos 66 anos, e depois de receber o aval da nova administração americana, que apoiou a sua candidatura contrariando a anterior de Trump, Ngozi Okonjo-Iweala assume funções de direcção geral da Organização Mundial do Comércio.

Duas vezes ministra das finanças de governos diferentes da Nigéria, uma vez ministra dos negócios estrangeiros, fundadora do Centro de Estudos Económicos de Africa, membro da Comissão Internacional de Financiamento às Oportunidades de Educação, membro do painel das Nações Unidas responsável pela agenda de desenvolvimento mundial, foi no Banco Mundial onde Iweala deixou maior marca com 25 anos de carreira.

Esteve perto de ser nomeada presidente da instituição onde começou como economista e chegou a número dois no posto de directora-executiva do Banco Mundial, tornando-se responsável por um portfolio de operações de 81 mil milhões de USD na Ásia, Europa e Africa. Em 2010 foi responsá-

Como ministra das Finanças

- Responsável pelo cancelamento de 30 mil milhões de USD em dívida soberana da Nigéria
- Criadora da Conta do Excedente Petrolífero constituída para diminuir a volatilidade das receitas fiscais fruto da venda do petróleo do maior produtor africano
- Instituiu a publicação obrigatória e mensal nos jornais das alocações financeiras do governo aumentando a transparência governativa
- Instituiu uma plataforma de gestão da Conta Única do Tesouro que permitiu eliminar 62,893 trabalhadores fantasma poupando 1.25 mil milhões em pagamentos do Estado
- Criou um programa nacional de financiamento habitacional que permitiu o acesso de milhões à habitação
- Responsável pelo sucesso da iniciativa de empoderamento de mulheres e meninas nigerianas para além do programa de inovação que criou milhares de empregos que foi considerado pelo Banco Mundial o melhor a nível global.

vel por angariar perto de 50 mil milhões de USD para distribuição em bolsas e créditos bonificados para os países mais pobres do mundo.

A nomeação para o cargo de directora geral da Organização Mundial do Comércio aconteceu em junho de 2020 altura em que foi também nomeada pela União Africana enviada especial para avaliação do impacto do Covid no continente. No entanto, a nigeriana é também membro da Aliança Global para a Vacinação e Imunização e de instituições privadas de relevo como o Standard Chartered ou o Twitter.

Nascida em Ogwashi-Ukwu de família real africana, o pai era rei da família Obahai, Okonjo-Iweala foi na idade adolescente estudar nos EUA onde fez a licenciatura, em Harvard e o PHD em economia e desenvolvimento no MIT com uma tese baseada nos mercados rurais e no desenvolvimento agrícola da Nigéria.

Com quatro livros publicados, a economista trabalhou em perto de 20 organizações não lucrativas e recebeu mais de 15 prémios e distinções internacionais em que se conta o Prémio de Liderança Global, o Prémio Heróis Europeus da Time, o de Ministro das finanças do ano da The Banker, do Euromoney e de outras instituições.

(In)formalizando



CONCÍLIO DE NEGÓCIOS ANGOLA-ÍNDIA

Criada plataforma de apoio à mulher empreendedora

Foi lançado, recentemente, o Concílio de Negócios Angola-Índia, plataforma que se dedica ao empoderamento de mulheres empreendedoras nos variados segmentos. Segundo a fundadora, Lúcia Fernandes Stanislas, o objectivo é criar um ecossistema de apoio às mulheres que desempenham pequenos negócios como fonte de subsistências familiar nas zonas periféricas do país, com a componente formativa em empreendedorismo, gestão de negócio, contabilidade, venda, marketing, gestão financeira e mentoria. A primeira fase do projecto arranca no município

de Viana, em Luanda e estão identificadas 30 jovens vendedoras informais, dedicadas à venda de bombó com jinguba e vestuário. Ainda este ano, Lúcia Fernandes Stanislas perspectiva fazer chegar o projecto a outras províncias, numa parceria com a Câmara de Comércio e Indústria das Mulheres Indianas. A outra frente da plataforma passa pela criação de políticas que facilitem as mulheres empreendedoras no acesso ao crédito bancário e na formalização dos negócios, além de procurar mais apoio das grandes empresas, dentro das políticas de responsabilidade social destas.

CONFLITO NO BENGO COM A DISTRIBUIDORA

Empresário nega-se a pagar “facturas aleatórias” à ENDE

José Monteiro, empresário que opera em vários sectores no Bengo, incluindo na panificação, e restauração, nega-se a pagar facturas à Ende, elaboradas com base em cálculos estimados, acusando a distribuidora de “arbitrariedades”, ao mesmo tempo em que a empresa estatal ameaça com interrupção no fornecimento de energia, caso os pagamentos não sejam efectuados.

O conflito eclodiu depois de o empresário ter recebido uma factura de cerca de 689 mil kwanzas, valores justificados pela distribuidora com uma visita efectuada pela sua equipa técnica à mercearia de José Monteiro, na qual se constatou a impossibilidade de instalação do sistema pré-pago. A Ende prometeu, entretanto, na altura, instalar um contador convencional e emitir facturas com base num consumo estimado de 10 mil kwanzas por mês, o que não ocorreu. Segundo o empresário, não só o contador não foi montado como



foram emitidas várias facturas de consumo em atraso que totalizam cerca de dois milhões de kwanzas, apesar de a mercearia estar paralisada há muito tempo.

José Monteiro acusa, por isso, a Ende de fazer “contas aleatórias” e sugere mesmo à empresa a fazer leituras do consumo a partir dos contadores nos postos de transformação. “Com este sistema de pagamentos por cálculo estimado, os empresários da província acabam por ser sustentáculos da

Ende, porque a facturação doméstica não representa grande coisa”, observa o empresário, propondo, ao mesmo tempo, a passagem dos postos de transformação privados para a Pordel. “O ministro da Energia e Águas sabia que a Edel não dava lucro. É por isso que acabaram com ela para, em seu lugar, criar a Ende que facilita esquemas financeiros que todos devíamos desmascarar”, acusa Monteiro que, além da marcenaria, panificação e restauração, actua também na fruticultura, contando com mais de quatro mil fruteiras na Fazenda Alice, no Panguila.

Monteiro defende uma reflexão sobre as razões da “destruição” do sistema operacional da ENE, empresa que regularmente ia às empresas verificar os contadores e deixava o comprovativo para, de seguida, emitir a factura que tinha de ser paga nos prazos previstos. “No fundo, a ENE servia melhor o cliente ao contrário da Ende, que só nos trouxe arbitrariedades”, compara.

Júlio Gomes

PLATAFORMA EMITE CARTÃO VISA DIGITAL

BNA desaconselha utilização da Angobit



O Banco Nacional de Angola (BNA) adverte aos usuários da plataforma de serviços de pagamentos que a operadora denominada Angobit não está habilitada a exercer, em Angola, qualquer actividade reservada às instituições financeiras.

A entidade reguladora recomenda aos actuais e potenciais usuários a absterem-se de celebrar quaisquer contratos ou fazer ope-

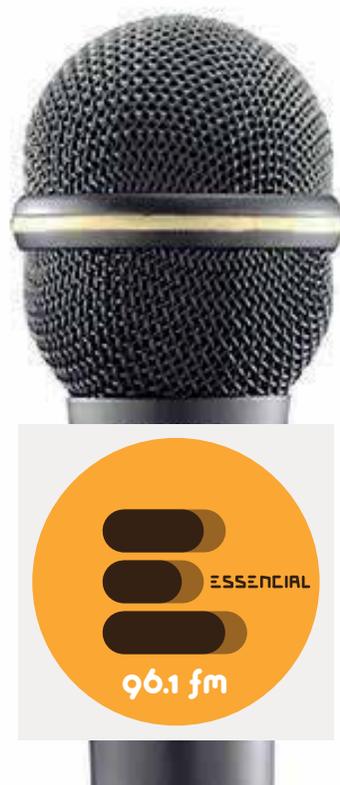
rações de natureza financeira com a referida plataforma. E os que, ainda assim, apesar do alerta, persistirem em estabelecer ligações de negócio, estarão a “fazê-lo por sua própria conta e risco”.

Esta é a segunda advertência feita pelo BNA sobre a não utilização da plataforma, a primeira data de 11 de Fevereiro de 2019.

A Angobit é dedicada ao mercado de criptomoedas e emite cartão VISA para os potenciais investidores em criptos que não tenham moeda estrangeira para entrar no negócio.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial



Competências específicas durante e pós-pandemia



Maristela Abreu,
Senior
Consultant EY,
People Advisory
Services

Como podemos reter talento através da actualização dos nossos Sistemas de Avaliação de Desempenho?

Não é novidade que esta pandemia veio revolucionar as empresas e a maneira em que os nossos colaboradores, seja em trabalho remoto ou presencial, têm se dedicado para o alcance contínuo dos resultados nas organizações.

Houve uma necessidade de adquirir competências comportamentais (específicas) abruptamente e em tão pouco tempo, que auxiliaram muitas organizações a continuarem a actuar no mercado. Estas competências específicas na verdade já eram conhecidas, mas raramente imprescindíveis e pouco avaliadas em comparação com outras competências comportamentais mais tradicionais. Neste sentido, enquanto vivemos e ultra-

passamos tempos extraordinários, os nossos sistemas de Avaliação de Desempenho (AD) devem também acompanhar esta evolução.

Como Organizações, devemos actualizar os nossos sistemas de AD, com o propósito de incluir as novas competências exigidas dos nossos Colaboradores a nível global. Os Colaboradores devem não só serem avaliados com base nos seus objectivos anuais, competências comportamentais e técnicas, bem como os Key Performance Indicators (KPIs) já definidos para as suas funções, mas também com base nesta adaptação célere que a pandemia exigiu de todos nós.

É essencial desenvolvermos estas competências específicas, que são e serão valorizadas durante e após a pandemia. Abaixo menciono apenas quatro (4) competências específicas que considero cruciais, mas não, de todo, as únicas relevantes:

1. Adaptação e Resiliência – Hoje em dia a adaptação a novas realidades é fundamental. Os Colaboradores devem adaptar-se a trabalhar tanto no escritório quanto em casa, ou em qualquer lugar que for oportuno, o que implica ter a capacidade de desenvolver diversas habilidades

personais de resiliência, flexibilidade, organização e comunicação. Esta nova realidade testa de forma constante a resiliência de cada um, não só a nível profissional, mas também a nível pessoal. Devemos ser resilientes e encarar as situações de forma positiva, contribuindo proativamente para a melhoria dos processos da organização.

2. Comunicação e Melhoria Contínua – Novos enquadramentos e métodos de trabalho, requerem inevitavelmente novas abordagens e competências a nível de comunicação. É importante o desenvolvimento de capacidades de colaboração, o que implica a utilização de novas ferramentas e o desenvolvimento de competências ao nível comunicativo. O trabalho remoto por exemplo, implica conseguir transmitir informações de forma eficiente, eficaz e consistente aos nossos clientes, parceiros e colegas de trabalho.

3. Trabalho em Equipa – Mais do que nunca é importante não só manter a produtividade individual, mas também ser capaz de identificar lacunas da sua equipa e ajudar a motivar todos os elementos para que estejam todos a trabalhar com rumo ao mesmo objectivo.

4. Ética de Trabalho, Organização e Responsabilização – Ser capaz de se organizar e ter uma visão clara da sua função e do contributo que tem nos resultados da empresa é substancial. A produtividade é chave para conseguir ultrapassar os desafios impostos pelos eventos económica/globais. Ter vontade e capacidade de desenvolver recorrentemente as suas competências é um factor decisivo. O importante é estar disponível para uma evolução constante que possa enriquecer o seu contributo para a empresa, no âmbito da sua função. Quando o Colaborador retorna mais eficiente através da sua organização pessoal, o mesmo contribui para a eficiência da equipa e consequentemente da Organização.

Com a actualização dos nossos Sistemas de AD com as competências exigidas a nível global, garantimos que as nossas pessoas são avaliadas de forma justa, clara, concisa e transparente a nível contínuo. Só assim conseguimos reter os nossos talentos e garantir que tenham uma carreira sólida.

Um ambiente de negócios mau pode explicar a baixa criação de empregos, mas não o rápido crescimento da produtividade nas mesmas empresas

O dilema da tecnologia dos países pobres



Dani Rodrik,
Professor de
Economia
na Escola de
Governança John F.
Kennedy

O desenvolvimento económico depende da criação de empregos mais produtivos para uma parcela cada vez maior da força de trabalho. Tradicionalmente, foi a industrialização que permitiu aos países pobres ter essa transformação. O trabalho fabril pode não ter sido glorioso, mas permitiu que trabalhadores rurais se tornassem operários e, consequentemente, transformassem a economia e a sociedade.

Muitos países de baixo rendimento em África e noutros lugares esperam seguir um caminho semelhante. Embora ninguém espere necessariamente obter sucesso, à uma escala da China, por exemplo, a industrialização e a integração nas cadeias de valor globais são vistas como essenciais para alcançar um crescimento económico rápido – ou restaurá-lo após a pandemia da covid-19 – e criar um grande número de empregos para a população jovem de África.

Antes da pandemia, os países africanos já haviam alcançado algum sucesso na industrialização. A Etiópia estabeleceu um sector de vestuário e calçados voltado para a exportação, com a ajuda de investidores chineses e europeus. A Tanzânia construiu um sector de manufactura com uso intensivo de recursos, voltados para atender aos mercados doméstico e regional. Recentes pesquisas sugerem que a desindustrialização prematura a que o continente estava sujeito pode ter sido interrompida ou mesmo revertida após o início dos anos 2000.

Há um obstáculo, entretanto, no renascimento da manufactura em África. Mesmo onde a industrialização criou raízes mais profundas,

Foram criados poucos bons empregos nos mais modernos formais e produtivos ramos da manufactura.

Na verdade, o número de empregos formais estagnou, com a maior parte do aumento do emprego industrial vindo de pequenas empresas informais. Essa experiência contrasta fortemente com a de industrializadores acelerados do leste da Ásia, como Taiwan (durante as décadas de 1960 e 1970) ou o Vietname (mais recentemente), onde o crescimento do emprego industrial se concentrou em empreendimentos formais.

O paradoxo aprofunda-se quando analisamos os números agregados. Numa outra pesquisa, Margaret McMillan, da University of Tufts, Xinshen Diao e Mia Ellis, do Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares e eu descobrimos uma gritante dicotomia no desempenho de empresas grandes e pequenas. Na Etiópia e na Tanzânia, as empresas maiores exibem um desempenho de produtividade superior, mas não expandem muito o emprego, enquanto as pequenas empresas absorvem muita mão-de-obra, mas não crescem muito na produtividade. O resultado é que essas economias criam poucos empregos bons, enquanto os benefícios dos aumentos de produtividade permanecem limitados a um segmento muito pequeno da indústria.

Há um obstáculo no renascimento da manufactura em África. Mesmo onde a industrialização criou raízes mais profundas, foram criados poucos bons empregos nos mais modernos formais e produtivos ramos da manufactura.

Explicações convencionais não conseguem responder a essa dicotomia. Um ambiente de negócios mau pode explicar a baixa criação de empregos, mas não o rápido crescimento da produtividade nas mesmas empresas. Os salários africanos são frequentemente considerados altos em relação à produtividade, mas descobrimos que a participação das folhas de pagamento no valor agregado total é excessivamente baixa

tanto na Tanzânia como na Etiópia, sugerindo que custos com os salários provavelmente não são uma restrição. Além disso, o baixo dinamismo dos negócios é desmentido pelas taxas muito altas de entrada e saída que se observa na indústria.

Uma característica importante das grandes empresas manufactureras, que pode ajudar a explicar o paradoxo, é que elas são excessivamente intensivas em capital. Em países de baixo rendimento, como a Etiópia e a Tanzânia, os trabalhadores são numerosos e o capital (máquinas e equipamentos) é escasso e, portanto, caro. A teoria económica-padrão prevê que a produção em tais circunstâncias tenderia para técnicas de trabalho intensivo.

Contudo, descobrimos que grandes empresas nos sectores de manufactura da Tanzânia e da Etiópia são significativamente mais intensivas em capital do que os níveis de rendimento ou dotações de factores desses países poderiam sugerir. Na verdade, essas empresas são tão intensivas em capital quanto as da República Checa, embora esta última seja cerca de dez vezes mais rica em capital do que a Tanzânia e a Etiópia.

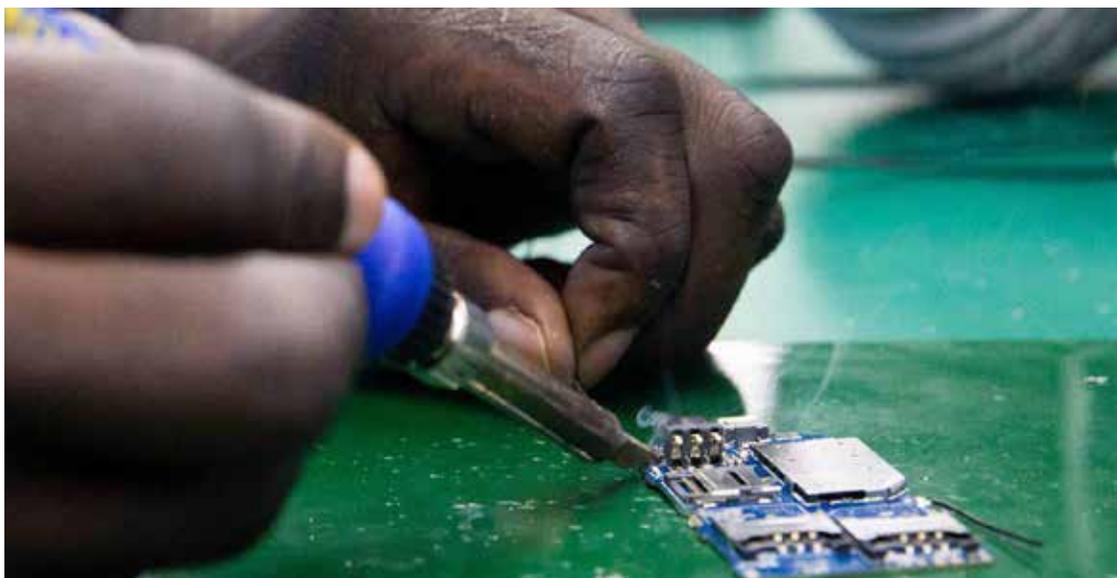
Pode parecer irracional para as empresas usar tanto capital (junto com insumos complementares, como mão-de-obra qualificada) em países onde a vantagem comparativa estrutural é a fatura de traba-

lhadores menos qualificados. Mas não está claro se têm muita escolha. As tecnologias de manufactura tornaram-se progressivamente mais intensivas em capital e habilidades ao longo do tempo, respondendo aos preços dos factores nas principais economias avançadas. As tecnologias das décadas de 1950 ou 1960 podem ter sido mais intensivas em mão-de-obra, mas não ajudarão as empresas africanas a competir nos mercados mundiais de hoje. E as tecnologias usadas nas cadeias globais de valor parecem ser particularmente tendenciosas contra o trabalho não qualificado.

Isso deixa as economias africanas com sérios problemas. As suas empresas de manufactura podem tornar-se mais produtivas e competitivas ou podem gerar mais empregos. Fazer as duas coisas ao mesmo tempo parece muito difícil, senão impossível.

Esse dilema é a reminiscência de uma antiga preocupação na literatura do desenvolvimento sobre tecnologias inadequadas. Autores como EF Schumacher preocuparam-se na década de 1970 com o facto de que as tecnologias ocidentais favoreciam fábricas de grande escala e capital intensivo, inadequadas às condições de países de baixo rendimento. Essas preocupações foram eliminadas pela fenomenal expansão do emprego industrial nos países em industrialização voltados para a exportação nas décadas subsequentes.

Talvez precisemos trazer essa ideia de volta. Os recentes padrões de mudança tecnológica nas economias avançadas parecem ter dificultado o desenvolvimento e a convergência dos países de baixo rendimento com os níveis de renda do resto do mundo. Essas mudanças contribuíram para aprofundar o dualismo económico e tecnológico, mesmo nos segmentos mais avançados das economias dos países em desenvolvimento. Este é mais um motivo para um debate público sobre a mudança tecnológica e as ferramentas de que os governos dispõem para reorientá-la.



Opiniões

E agora pergunto eu...

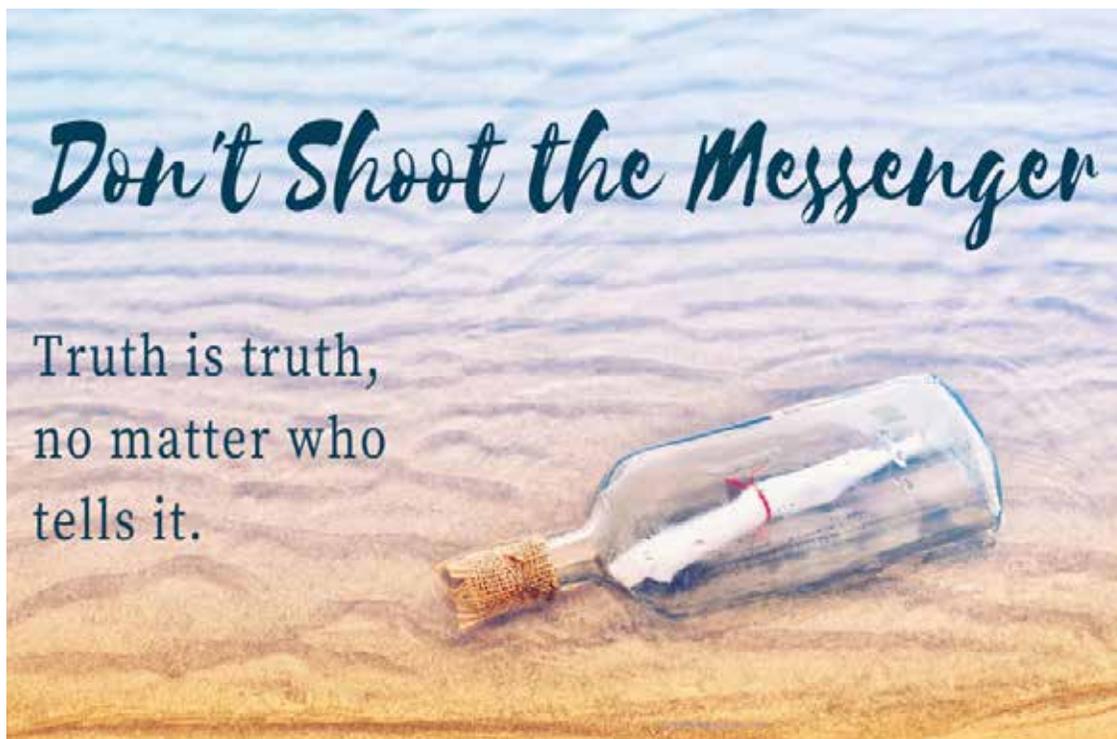


Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A actualidade mundial continua a ser marcada pelo Covid e pelas corridas às vacinas que desencadeou, e não deixa de ser preocupante o facto demonstrado da dependência da humanidade nas lógicas de mercado. O vil metal que tudo comanda...

Quando a saúde se torna negócio o resultado é que os mais pobres deixam de ter acesso a ela. Os países ricos compraram as vacinas todas a correr e as farmacêuticas venderam, porque o seu interesse primário não é a saúde colectiva mas recuperar o investimento e lucrar. E, quando isto acontece à escala planetária, quando se trata de uma pandemia, o resultado pode ser desastroso porque enquanto as vacinas não chegam a todos, o Covid vai se desdobrando em variantes que vão inutilizando as vacinas que os primeiros já tomaram. E depois são precisas outras vacinas para responder a novas variantes. E enquanto está o mundo preso neste ciclo de ricos tomam e pobres esperam, quem sai a rir é o lucro das farmacêuticas. A pandemia pode bem obrigar a soluções de cooperação entre os países e, felizmente, já se veem sinais disso. Na semana passada o New York times dizia que é hora de começar a confiar na vacina russa e na chinesa porque já se percebeu que as vacinas ocidentais não chegam para fornecer o mercado mundial em tempo útil.

Outro marco da actualidade internacional na semana passada e que talvez tenha passado despercebido foi a decisão do tribunal inglês de dar razão às comunidades nigerianas que tentam há cinco anos processar a petrolífera Shell por décadas de danos ambientais causados pela exploração da empresa



na região do Delta do Niger. A decisão abre um precedente que pode tornar as petrolíferas mais responsáveis nos países subdesenvolvidos onde operam, assim como o nosso. De resto vale lembrar que Angola tem previsões de exploração petrolífera em declínio e que precisa de se libertar da dependência petrolífera a bem ou a mal porque segundo os especialistas o país vai passar de médio a pequeno produtor na próxima década.

Entretanto a nossa actualidade foi marcada pela suposta investigação a que o PR. João Lourenço está sujeito nos EUA e que foi revelada por um relatório de uma consultora internacional.

A primeira coisa que há a lembrar sobre esse tema é que uma investigação é só isso mesmo, não é prova de crime algum e pode bem ser o contrário e servir para ilibar de crime qualquer visado, principalmente nos países em que a justiça funciona com autonomia (que infelizmente não é o caso do nosso).

A outra coisa que este episódio lembra mais uma vez é que o comportamento quase autista das autoridades e principalmente dos membros do partido no poder é muito semelhante às crises que os autistas têm (e que conheço bem por os ter na família), de tapar os

ouvidos e gritar para apagar todo o som que os desagrada, distraídos do facto de que esse comportamento não muda a realidade que os rodeia em nada.

O VE publicou a matéria e eis que vieram as brigadas do partido atacar o jornal, clamando embargo ao jornal, fecho do jornal, colocando selos na página para dizer falso ou fakenews, enfim, um arraial de alvo-roço para atacar o mensageiro, mas que não tem qualquer reflexo na mensagem. O conteúdo da mensagem é a existência de uma investigação ao presidente de Angola família e associados e não é atacando os vários meios que aqui e sobretudo em Portugal publicaram a matéria (e que são os mesmos que publicaram o Luanda Leaks) que a investigação vai deixar de existir. O trabalho da média é esse mesmo, o de reportar e é um trabalho de extrema importância para o funcionamento higiénico e desenvolvimento da sociedade que se quer democrática. Sendo de uma fonte que até já produz relatórios sobre vários países há muito tempo, e que cita fontes do departamento de justiça americana o inteligente seria em vez de atacar o mensageiro, prevenir-se com relação à mensagem e esclarecer qualquer dúvida que possa existir sobre a mais alta

Quando a saúde se torna negócio o resultado é que os mais pobres deixam de ter acesso a ela. Os países ricos compraram as vacinas todas a correr e as farmacêuticas venderam...

entidade do Estado. Só isso. Berrar “encomenda e vingança dos marimbondos” (não sendo impossível porque se há coisa que fez o PR foi criar inimigos) não muda o conteúdo e o racional da alegada investigação que se prende com pagamentos feitos a empresas de lobby e empresas ligadas ao PR. Infantilizar com o argumento de que a administração Biden apoiou recentemente o PR. JLo, também não retira nada à alegada investigação, porque nos países com separação de poderes uma instituição pode perfeitamente elo-

giar e apoiar, enquanto outra investiga. E, certamente não retira nada aos critérios noticiosos que justificam a sua publicação. Mas não perdemos o hábito de tentar matar o mensageiro pela mensagem que não queremos ouvir como o rei da Pérsia fazia...

De resto, o país internamente continua a ter mais com que o que preocupar.

Da minha província de origem chegam, como chegam todos os anos, gritos de socorro por causa da seca. A produção morre, o gado morre e as pessoas já começaram a morrer também. Segundo a VOA, na comuna do Caínde onde a minha mãe nasceu e que quando lá fui tinha também o rio quase seco, já morreram três jovens entre os 14 e os 18 anos. Nas nossas comunidades Mukubais, diz-me o meu tio que lá está, estão a ocorrer cada vez mais disputas violentas porque o pouco gado invade as poucas áreas produtivas em busca de comida e água e destrói as plantações. E para estas comunidades, bem como para o resto do país, sobretudo interior, a imagem do governo lá fora tem muito pouco peso, a prioridade é mesmo a sobrevivência e bom seria se a preocupação primária do governo também fosse a vida em Angola em vez da imagem dela lá fora.

A Economist escreveu na semana que passou sobre o agrado do FMI com as reformas que o presidente está a implementar e que procuram corrigir as muitas distorções da nossa economia através do equilíbrio das contas públicas e também da retirada do Estado de muitos sectores que deviam estar na mão dos privados. No entanto, o título do texto pergunta, e é uma pergunta que cabe perfeitamente neste espaço do ‘e agora pergunto eu’, “e os angolanos comuns”? E o texto conclui que a maioria não vê os benefícios dessas reformas e com a inflação acima dos 20% as pessoas querem resultados que o governo não tem para apresentar. O artigo termina lembrando o que está evidente, que o presidente consolidou a sua posição no partido no poder, agradou aos estrangeiros, mas está todos os dias a perder a popularidade derrotado essencialmente pelo preço da comida. Morre gente todos os dias por desnutrição e continuam a gastar-se rios de dinheiro em operações de cosmética internacional para parecermos mais bonitos lá fora. E os angolanos comuns?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 246 Partilhas 196 Likes 750

A edição do Valor Económico da semana passada alcançou perto de 70 mil internautas com cerca de 8 mil interações e a capa foi alvo de acesas discussões na página do VE no Facebook. Os internautas comentaram sobretudo a alegada investigação nos EUA ao PR de Angola e associados, revelada pela consultora Pangea-Risk que alertava para o risco de congelamento a contas e bens de João Lourenço naquele país. A entrevista ao PCE da TAAG foi o segundo tema mais comentado.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Geovany Tavares

Estou mais concentrado no congelamento do meu futuro profissional. Ele que se agüente com os seus problemas...



Domingos Conceição Teta Dembo

Quem não deve não temerá, sendo o bandeirante da luta sem tréguas a corrupção a ver vamos se não tem rabo de palha também.



Makizangi Mavinga

O teu Chefe está a ser investigado no Estados unidos da América, nota se fortes indícios de negócios com sigilo mesmo.



Luis Santos

Curioso é que somos mesmo nós, que com o nosso comportamento temos levado o País para o buraco. Existem frases que pronunciamos que acabam por fazer ricochete e acabamos por ser atingidos.



Kazola Marcos Marcos

Acho que pode ser um risco grande, pois, poderá afetar os turistas, empresários nacionais.



Francisco Dombo

Congelou as contas de Isabel dos Santos, chamou de corruptos os seus amigos, o conjunto de indivíduos da era Ze Dú foram atribuídos o nome de marimbondos... Eu não acredito nestas informações... O meu presente é honesto!



Francis Salvador

Isso não preocupa ninguém. Só vão assustar já está em 2022.



Gilsondasilva Gigi Massueca

Agora sim mono João e mana Ana começa já a melhorar as pautas das promessas!! Kkkkkkkkkkk



José Carlos Silva

Uma coisa é certa, da fama JLO nunca vai se safar, estar a ser investigado nos EUA ã é coisa de brincadeira.



Gilmar Baiao

Sendo verdade a eleição estará comprometida



Luciano Rodas Luquenis Malaquias

Mas assim mesmo é País? Onde até o próprio presidente Faz Máfia. MPLA agora acredito que vcs não são Angolanos.... Vcs São todos Estrangeiros...



Joerickam Ricardo

Os marimbondos estão fortes fora de Angola... Já estão a marcar golos fora do campos.....a guerra será longa e popular...



Gui Gaspar

Aqui na banda a TPA não para de branquear a imagem do papá



Fernando Hungulo

Bem feito gostam de guardar fora porquê?



Carlos Nilton Kaiser Lucamba

Julgar sem certeza e bajular aos críticos eu confio nele o sr. JL quem tem coragem de acabar com a corrupção não deve seguir o mesmo estes marimbondos querem manchar o nome do presidente eu estou contigo meu presidente



Salgado Piedade Amor

"A GENTE NO PASSADO CANTOU CONTRA O COLONO, PARA QUE O NOSSO PAÍS FOSSE INDEPENDENTE. HOJE SOMOS INDEPENDENTES. MAS AS COISAS NÃO MUDARAM. AINDA TEMOS MUITA POPULAÇÃO NECESSITADA, COM MUITA POBREZA, CORRUPÇÃO, INJUSTIÇAS, ETC. MAS SE NÓS CANTAMOS SOBRE ISSO HOJE, VAMOS CANTAR CONTRA QUEM??? VAMOS CANTAR, CONTRA AQUELES QUE APOIAMOS HÁ ANOS ATRÁS, NA ÉPOCA COLONIAL." Palavras emotivas do grande Kota já falecido, Beto Gourgel pai do cantor Kizua Gourgel, em entrevista no Documentário "Angola História da Música". Era visível o desgosto do mais velho pelo rumo que o país tomou. E cantou lagrimando após fazer esse depoimento. O documentário tipo foi lançado em 2005 se não me engano. Estamos em 2021 e olhem o país que temos.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19

POR CAUSA DE UMA CRIANÇA

Cidade brasileira perde todas as vacinas

A cidade de Rio Bananal, no sudeste brasileiro, perdeu todas as doses da vacina contra a covid-19 após uma criança de 9 anos ter desligado a energia da sede de vacinação, informou a Polícia Civil.

De acordo com as autoridades, o menino foi o responsável por, em pleno momento de brincadeira, desligar o relógio de energia eléctrica da sede de vacinação de Rio Bananal, no estado do Espírito Santo. “Pelo depoimento das pessoas que estiveram no local, conseguimos delimitar o horário em que o relógio foi desligado. A partir daí, pelas câmaras de vigilância, percebemos que uma criança, de apenas 9 anos, que estava a brincar no local, acabou subindo num banco que fica em frente ao relógio”, relatou o agente da Polícia Civil Fabrício Lucindo, num vídeo partilhado pela imprensa local.

“Curioso porque uma lâmpada vermelha estava a piscar dentro do relógio e ele (criança) acabou desligando o relógio para tentar apagá-la. Desligando o relógio e apagando a lâmpada, ele voltou com as brincadeiras novamente. Ou seja, uma brincadeira de criança inocente que acabou gerando todo esse problema”, frisou o titular da esquadra de Rio Bananal.

A brincadeira acabou por levar a cidade, de aproximadamente 19 mil habitantes, a perder todas as vacinas disponíveis do imunizante contra a covid-19, assim como outros tipos de antídotos, testes de sangue e medicamentos.

Num primeiro momento, a Prefeitura de Rio Bananal suspeitou tratar-se de um acto de vandalismo, situação agora descartada pela polícia, após visualização das imagens de videovigilância.



NOS AEROPORTOS

Companhias aéreas insistem em testes rápidos

A RENA – Associação das Companhias Aéreas em Portugal insistiu na implementação de testes rápidos para a covid-19 nos aeroportos, salientando ainda que é urgente uma redução harmonizada das restrições impostas e o fim das quarentenas.

O apelo foi deixado na assembleia geral da RENA que elegeu os seus corpos directivos para o triénio 2021-2023, tendo Paulo Geisler, representante da Lufthansa, sido reeleito presidente, por unanimidade, segundo um comunicado. “Estes testes rápidos dão aos passageiros e comunidade aeroportuária a certeza de que a saúde e segurança se mantêm no topo das prioridades e transmitem confiança”, disse Paulo Geisler, acrescentando que espera que “a vacinação

venha rapidamente contribuir para a retoma”.

“Urge a nível global uma redução harmonizada das restrições impostas e o fim das quarentenas”, sublinhou o presidente reeleito da RENA citado no comunicado.

A associação realça que a indústria aeronáutica internacional e a atividade turística foram dos sectores mais afectados pela pandemia a nível global, “atravessando a maior crise de sempre”.

Em Portugal, segundo a RENA, registou-se uma diminuição de cerca de 80% do número de voos e de passageiros nos aeroportos portugueses e “a situação tem-se agravado com as restrições adicionais implementadas nas últimas semanas, que são ainda mais severas do que em qualquer momento de 2020”.

HOSPITALIZAÇÕES

Estudo mostra que vacinas reduziram até 94% na Escócia

O programa de vacinação contra a covid-19 reduziu “substancialmente”, até 94%, as hospitalizações na Escócia quatro semanas após a primeira dose, de acordo com um novo estudo preliminar divulgado.

O estudo, que ainda não foi verificado de forma independente, foi realizado por cientistas das universidades de Edimburgo, Strathclyde, Aberdeen, Glasgow e St. Andrews e da direcção geral de saúde pública, Public Health Scotland (PHS), que se concentrou em pessoas que receberam as vacinas desenvolvidas pela Pfizer e AstraZeneca.

Os cientistas olharam para os números das hospitalizações na Escócia entre aqueles que receberam uma primeira dose e compararam os dados com aqueles que ainda não receberam a injeção.

Assim, descobriram que quatro semanas após a dose inicial, foi registada uma redução do risco de hospitalizações por coronavírus em até 85% com a vacina da Pfizer e 94% com a vacina da AstraZeneca.

Para os maiores de 80 anos, um dos grupos prioritários no plano de imunização, houve uma redução geral de 81% nas hospitalizações.

“Estes resultados são importantes à medida que passamos das expectativas para as provas sólidas do benefício das vacinas. Em toda a população escocesa, os resultados mostraram um efeito substancial na redução do risco de internamento hospitalar com uma única dose da vacina”, disse Jim McMennamin, director nacional de Incidentes covid-19 da PHS.



O CHEFE DA DIPLOMACIA, Tété António, admitiu que as restrições adoptadas pelo Governo devido à covid-19 afectaram o exercício dos direitos civis e políticos, obrigando Angola a tomar diferentes iniciativas para a sua garantia.



POR MAIS 30 DIAS

Guiné-Bissau mantém estado de calamidade

A Guiné-Bissau vai manter o estado de calamidade por mais 30 dias, segundo um comunicado do Conselho de Ministros, divulgado no dia 18 deste mês.

O Conselho de Ministros, reunido, deliberou “prorrogar o estado de calamidade, ainda em vigor, por mais 30 dias”, lê-se na nota.

As autoridades guineenses elevaram no início do ano o estado de alerta no país, com a suspensão do ano lectivo e cancelamento das festas de Carnaval, depois de um aumento do número de casos de covid-19. No país já morreram 46 pessoas devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

EM SÃO VICENTE

Governo prorroga restrições



O governo cabo-verdiano prorrogou por 30 dias a situação de calamidade decretada para a ilha de São Vicente em 15 de Janeiro, e de contingência para as restantes, para “minimizar os riscos de transmissão” da covid-19.

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros de 18 de Fevereiro, esta decisão resulta da análise às informações da Direcção Nacional de Saúde sobre a situação epidemiológica no arquipélago, que notam “alguma evolução positiva no

que tange à taxa de transmissão do vírus em todo o país”.

Contudo, o governo assume que “as razões de fundo” que levaram a decretar a situação de calamidade em São Vicente, prorrogando a situação de contingência nas restantes ilhas, “ainda se mantêm”, pelo que é prorrogado esse quadro.

“Para que se garanta a manutenção das medidas de prevenção e contenção que se verificam pertinentes na presente conjuntura, com fundamento na neces-

sidade de minimizar os riscos de transição da infecção”, lê-se na resolução.

A ilha de São Vicente passou a estar em situação de calamidade – o nível mais grave na lei que estabelece as bases da Protecção Civil em Cabo Verde – em 15 de Janeiro, na qual deixou de estar, na altura, a ilha do Fogo, que baixou para contingência (segundo de três níveis), a mesma em que continuam todas as restantes ilhas, agora por mais 30 dias.

PAÍSES AGUARDAM ENTREGAS

Maior produtor mundial de vacinas pede paciência

O Serum Institute of India (STI), o maior fabricante mundial de vacinas, pediu aos países que aguardam vacinas contra a covid-19 que sejam “pacientes”, depois de receber ordens para dar prioridade “às enormes necessidades” da Índia.

O STI “foi orientado para dar prioridade às enormes necessidades da Índia e juntamente com esse equilíbrio às necessidades do resto do mundo”, escreveu o responsável do fabricante indiano de vacinas, Adar Poonawalla, no domingo, na rede social Twitter. O responsável não explicou de onde veio a ordem ou se estas instruções são novas.

Responsável pela produção de 60% das vacinas mundiais antes da pandemia, o STI está a produzir centenas de milhões de doses da vacina anglo-sueca AstraZeneca, conhecida localmente como Covishield, nas suas instalações

em Pune, no oeste da Índia, e já enviou milhões para o estrangeiro, incluindo para o Brasil.

O fabricante indiano, que tem recebido pedidos de vários países, incluindo do Canadá, prevê ainda fornecer 200 milhões de doses no âmbito da plataforma Covax, uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir o acesso às vacinas dos países mais pobres.

A Índia começou uma gigantesca campanha de vacinação em 16 de Janeiro, tendo até agora vacinado cerca de 11 milhões de pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde indiano. O Governo indiano tinha estabelecido como objectivo vacinar cerca de 300 milhões de pessoas até Julho, num país com 1,3 mil milhões de habitantes, mas a campanha sofreu grandes atrasos, não por falta de vacinas, mas devido à falta de candidatos.

COM VERSÃO REFORMULADA DA VACINA

Sanofi e GSK lançam novo ensaio

Os grupos farmacêuticos Sanofi e GSK lançaram um novo ensaio clínico para a sua principal candidata à vacina contra a covid-19, depois dos resultados insuficientes da primeira versão no final do ano passado.

Em comunicado, a farmacêutica francesa Sanofi escreve que a expectativa é poder disponibilizar a vacina no quarto trimestre de 2021 e resume as diferenças do novo ensaio clínico, intitulado “Fase 2”.

“Este novo estudo fase II avaliará o potencial de uma formulação refinada de antígenos com o objectivo de obter

uma resposta imunológica ideal, sobretudo em adultos mais velhos”, diz a farmacêutica no comunicado.

Em Dezembro, a Sanofi e a britânica GSK revelaram que os resultados dos estudos de fase intermédia I /II mostravam uma “resposta insuficiente” que tem sido observada em pessoas com mais de 50 anos e que, por isso, a vacina não estaria pronta no início do segundo semestre de 2021 como esperado.

No mesmo dia em que anuncia o novo ensaio clínico, a Sanofi informou também que vai produzir em França

a vacina contra a covid-19 da americana Johnson & Johnson, estando já a preparar-se também para a vacina da Pfizer-BioNTech.

A farmacêutica vai encarregar-se da formulação e do enchimento dos frascos na sua unidade Marcy-l’Etoile, perto de Lyon, a partir do terceiro trimestre e “a um ritmo de cerca de 12 milhões de doses por mês”. “A nossa ambição é fazer o máximo possível. Se pudermos fazer mais, por que não?”, disse à agência francesa AFP o vice-presidente executivo da Sanofi Pasteur, Thomas Triomphe.

Marcas & Estilos



Isto, sim, é arte

Na tradição do metal, Artepera, representa a 3.ª geração por detrás de uma força de produção bem estabelecida. Cria decorações de parede, relógios, espelhos, acessórios de cozinha, móveis e esculturas. Fundada em 2017, projectou e produziu a melhor arte de parede.



E nada mais digo...

Trinidad Cuesta é uma marca mexicana focada na criação de chapéus artesanais. Colabora com artesãos e artistas latino-americanos, para entregar peças eticamente artesanais, criativas e de alta qualidade.



AUTOMÓVEL

Um 'bicho' civilizado

O primeiro SUV da Aston Martin, em 106 anos de história, apresenta um espaço interior para cinco adultos, mala generosa e uma altura ao solo suficiente para circular por maus caminhos. Situa-se a meio caminho entre o luxuoso Bentayga da Bentley e o desportivo Urus da Lamborghini, fazendo justiça ao posicionamento da Aston Martin.

O motor é um V8 de 4.0 litros e duplo turbocompressor, o mesmo que se encontra no DB 11 e no Vantage, equipado com um sistema que permite desligar metade dos cilindros para reduzir o consumo, quando o condutor está a pressionar levemente o acelerador, o que acontece quando circula em auto-estrada a velocidade civilizada. Contudo, se o pressionar a fundo, o DBX responde com impressionantes 550 cavalos e 700 Nm de binário. Demora apenas 4,5 segundos para ir dos 0 aos 100 km/h, para uma velocidade máxima próxima dos 300 km/h.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 26 DE FEVEREIRO

Exposição 'Diálogo entre Gerações' dos artistas Arindo Bizerra e Horácio Katchanja, na Galeria Tamar Golan, na Ilha de Luanda. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

26 DE FEVEREIRO

Workshop sobre o 'Combate à Corrupção e o papel do jornalista', no Cefojor, com a participação de Mota Liz.

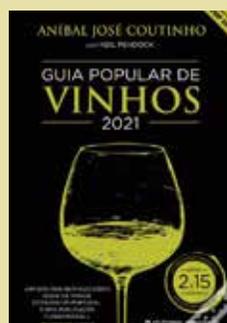
26 DE FEVEREIRO

Show de 'Spoken Word The Poetry Show' com Willy Ribeiro, Fernando Carlos, Irene A'mosi e Nzola Kuzediwa, na sala da Zap Cinemas, do Shopping Avenida, a partir das 18h30. O evento é promovido pela agência artística e educacional Art Sem Letra.

LIVROS



ESTE LIVRO TEM como objectivo ajudar todos os investigadores e alunos do ensino superior a compreender e realizar o processo normalmente designado por "revisão da literatura". Não se limita a nenhuma área científica específica, mas apresenta uma abordagem



COM O GUIA Popular de Vinhos 2021, Anibal José Coutinho e Neil Pendock vêm uma vez mais satisfazer as expectativas de um público que já cativaram com o rigor e o conhecimento que têm evidenciado nas edições anteriores deste guia.



TURISMO

Tantos estilos... tantos atractivos...

Segunda maior cidade da Bélgica, perdendo somente para Bruxelas, a Antuérpia não costuma figurar na lista de destinos mais procurados da Europa. Tem a fama de ser a 'capital mundial dos diamantes'. Isso porque mais de 70% do comércio mundial da pedra preciosa passa pela cidade..

Numa cidade em que o moderno e o antigo se misturam, o que torna a Antuérpia um destino interessante é a possibilidade de encontrar num mesmo espaço tantos atractivos de estilos diferentes.

Ao anoitecer, a dica é escolher um bar ou restaurante nos arredores e aproveitar a noite na companhia de uma bela cerveja belga. Ou retornar ao centro histórico em busca de um dos restaurantes clássicos de comida tradicional.

“ *Todo o artista abstracto fala que não escapa a África. Picasso, Cézanne, Franz Marc todos foram para África. A cultura africana é muito rica e nós, brasileiros, a cultura que temos é africana.* ”

DIVULGAÇÃO DE ARTE

Artistas brasileiras nos EUA procuram parceria com artistas angolanos

ARTES. Organização não-governamental Atelier Sem Fronteiras, projecto que incentiva e promove o intercâmbio artístico e cultural entre artistas de várias nacionalidades, pretende estabelecer parcerias com artistas angolanos para a promoção e divulgação das suas obras.

Por Suely de Melo

Como surgiu a ideia da criação do AWB? A ideia foi da Daniela Bercovich, que é socióloga. Ela deixou de trabalhar e, por pintarmos juntas, teve a ideia de criarmos um projecto social. Como também sempre foi um sonho meu [Cecília Thibes], pensamos no nome e começámos. Depois juntou-se a Mónica Mendes, que também sempre quis ter um projecto social, e finalmente entrou a Fernanda. A nossa ideia era propagar a arte para artistas que não têm condições financeiras, porque o material é caro, vender arte é difícil. Com o Atelier, podemos unir forças e, por ser um Atelier sem fronteiras, não é algo restrito aos EUA, trabalhamos com artistas do Haiti e do Brasil.

Entende-se que trabalhem com artistas norte-americanos, porque é onde vivem, e com brasileiros porque é a vossa origem. Porque o Haiti?

Porque a Daniela morou lá e só se mudou para Miami depois do terramoto de 2010, no Haiti. Foi quando eu, Cecília Thibes, e ela nos conhecemos e começámos a pintar juntas, mas depois começámos a sentir esse vazio e surguiu esse impulso social. Mas foi também pela necessidade de ela, como socióloga, continuar a trabalhar com o lado social, e porque acreditamos que a arte é o maior veículo



social que existe. Nós concordamos que, se um artista não trabalha para o social, fica vazio, porque a arte cura e salva.

Por enquanto, estão ‘presas’ ao continente americano. Para quando a expansão do vosso trabalho?

Estamos mesmo a pensar nisso e, por isso, estamos a fazer essa entrevista convosco, para essa expansão. Temos um projecto chamado ‘Out of the box’ que consiste em trabalhar com materiais que, a olhos nus, são descartáveis. E com o ‘Out of the box’, temos uma arte cooperativa em que podemos ajudar artistas que estão em condições financeiras precárias em comunidades muito carentes. Então, o nosso objectivo é construir ateliers em comunidades onde as crianças possam ter acesso.

Para além do ‘Out of the box’, vocês têm outros programas?

Temos também o ‘travelling artist’ que consiste na divulgação de pales-

tras, workshops, música, teatro performances, filmes e exposições para espaços culturais alternativos. Inclusive vamos agora fazer uma exposição no Equador e vamos levar um artista de lá que tem pouco poder financeiro. Nós angariamos alguns fundos e levamos o artista sem que ele tenha nenhum custo, porque entendemos que tem muita gente talentosa que não tem essa possibilidade.

Têm ideia de quantas pessoas já conseguiram divulgar dentro desse segmento?

São muitos já. Apesar de sermos pequenos, é bom ter essa sensação de que aos poucos podemos ajudar as pessoas.

Têm parceria com outras ONG?

Tentamos pedir dinheiro a outras organizações. Às vezes, conseguimos, outras não.

Apesar de estarem restritos ao

Sem fronteiras

O projecto Atelier Sem Fronteiras é dirigido por quatro brasileiras que vivem nos EUA, mas pretendem expandir a área de actuação. As mentoras do projecto Mónica Mendes, Cecília Thibes, Fernanda Dabus e Daniela Bercovich (que não participou da entrevista) não escondem a apreciação da arte africana e justificam com isso a vontade de estabelecer um intercâmbio com artistas angolanos.

continente americano, têm a modalidade das doações. Costumam receber apoios de outros continentes?

Já recebemos mas não é algo constante. Como ainda somos muito

pequenos, as pessoas ainda querem saber mais sobre nós.

Que constrangimentos a pandemia trouxe par o vosso projecto?

Todos tiveram constrangimentos com a pandemia mas, com a questão da internet, conseguimos expandir através do zoom e de outros recursos. Acreditamos que hoje estamos mais internacionais. Estamos agora a fechar uma parceria com o Brasil, em que vamos fazer conferências de arte para o mundo inteiro. Como somos um atelier sem fronteiras, essa questão das exposições físicas não é um problema. Essa mudança de paradigma que está a acontecer no mundo tem um lado positivo.

Conhecem a qualidade artística africana, mais especificamente angolana?

Com certeza. Todo o artista abstracto fala que não escapa a África. Picasso, Cézanne, Franz Marc todos foram para África. A cultura africana é muito rica e nós, brasileiros, a cultura que temos é africana. Nas nossas exposições, gostaríamos muito de ter um artista africano.

Aceitam apenas doações monetárias ou também recebem materiais?

Pode doar o que tiver. Tivemos um projecto no Haiti em que recebemos instrumentos musicais para uma escola de música, então qualquer tipo de interesse em fazer doações é só entrar em contacto connosco. Até mesmo ONG aí em Angola que queiram fazer parceria estamos abertos. Podemos tentar ver fundos ou podemos patrocinar um artista que queira participar em alguma exposição.

Como seria esse patrocínio?

Por exemplo, nós próprias pagaríamos o custo da feira e o artista não pagaria nada.

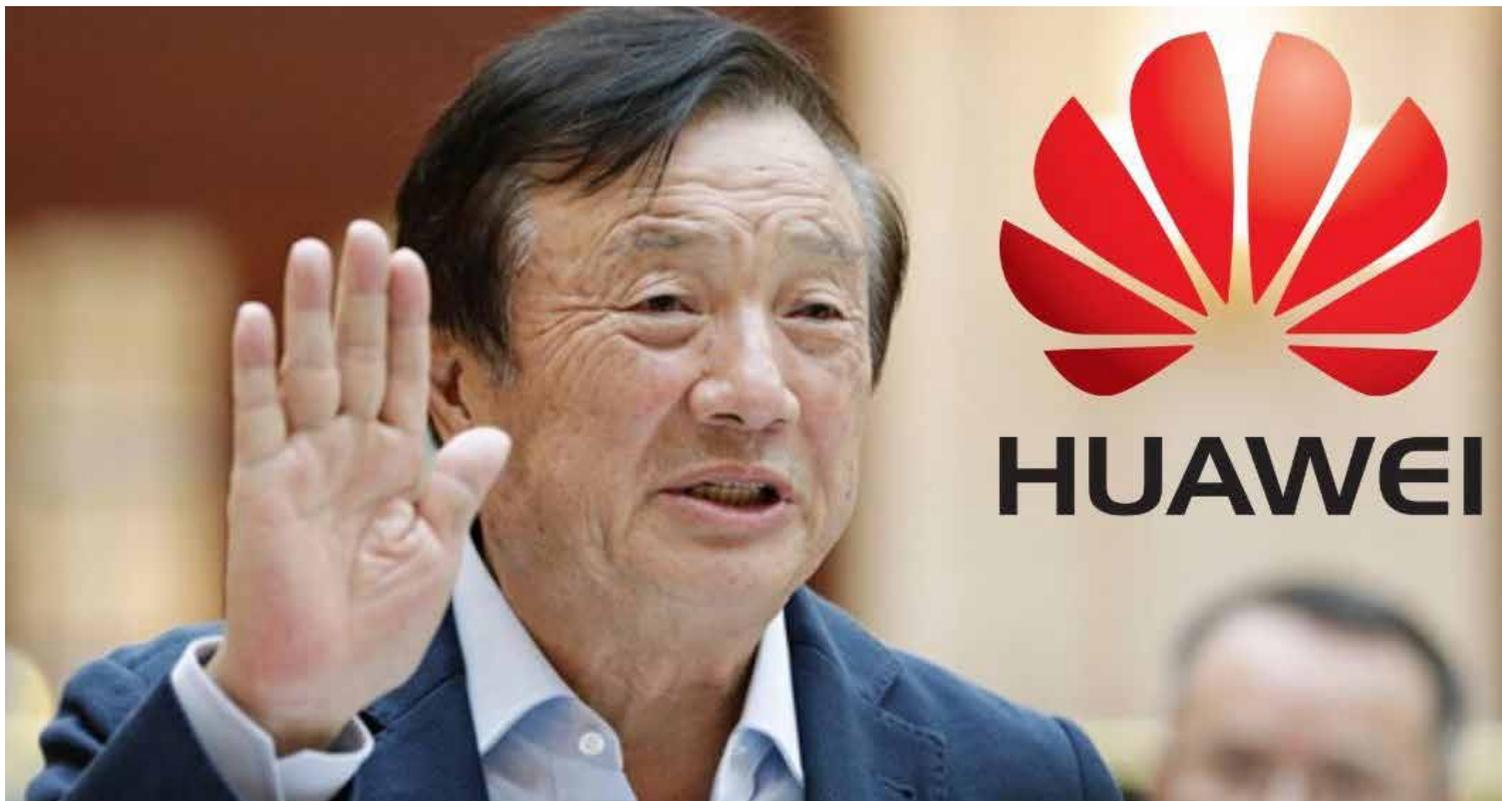
Mas feiras aí nos EUA ou aqui em Angola?

Actualmente, trabalhamos com feiras aqui mas, se tiver uma feira aí, nós entramos também. Aqui, em Dezembro, tem o ‘art Basel’ e nesse evento vêm artistas do mundo inteiro e, se a pessoa não for famosa, precisa de patrocínio e nós já conseguimos integrar artistas nessa feira.

Como é que um artista angolano consegue o vosso patrocínio?

É só entrar no nosso website e entrar em contacto connosco.

Publi-reportagem



REN ZHENGFEI, CEO DA HUAWEI, EM CONFERÊNCIA

“Não vamos desistir do ideal da globalização”

O CEO da Huawei, Ren Zhengfei, comprometeu-se a seguir uma estratégia de globalização, apesar da pressão externa, tendo solicitado à nova administração dos Estados Unidos que proponha políticas mais abertas, alinhadas aos interesses das empresas americanas e da economia americana como um todo.

Estas são as primeiras declarações públicas que o fundador da Huawei fez desde a mudança da administração dos Estados Uni-

dos. Ren falava durante uma conferência de imprensa em Taiyuan, capital da província de Shanxi, no Norte da China, após o lançamento do Laboratório de Inovação em Mineração Inteligente.

“O comércio beneficia ambos os lados. Permitir que as empresas dos EUA forneçam bens aos clientes chineses é favorável ao seu próprio desempenho financeiro. Se a capacidade de produção da Huawei se expandir, as empresas americanas podem vender mais a nós. É uma situação vantajosa para ambos. Acredito que a nova administração vai pesar esses

interesses ao considerar as suas políticas”, disse Ren.

O CEO da multinacional chinesa destacou que a Huawei cria valor para todo o ecossistema e para a economia em geral, tendo mencionado na ocasião que a Huawei construiu redes 5G em muitas cidades da Europa, Ásia e Médio Oriente, e as suas redes na Europa são os melhores testes de desempenho de rede global, beneficiando todos os usuários dessas redes.

Ren Zhengfei também destacou o facto de os usuários avançados poderem usar o iPhone 12 no seu potencial máximo em redes 5G da Huawei instalados na Europa, é uma prova da qualidade da sua rede.

MEMORIZE

● Na era 5G, conectar empresas é o objetivo principal. Existem muitas indústrias com as quais não estamos muito familiarizados, como aeroportos, portos, mineração de carvão, produção de ferro e aço, fabricação de automóveis e fabricação de aeronaves. É por esta razão que construímos laboratórios conjuntos para aprender mais sobre as necessidades dessas indústrias”.

“Enquanto a humanidade continua a progredir, nenhuma empresa pode desenvolver sozinha uma indústria globalizada. Requer esforços concertados em todo o mundo”, Ren acrescentou.

O governo dos Estados Unidos tem feito campanha contra a Huawei nos últimos dois anos, alegando que o equipamento da Huawei poderia ser usado para espionar americanos, sem apresentar qualquer evidência. A Huawei negou repetidamente as reivindicações, e poucos países cederam à pressão dos EUA, com a maioria a concentrar-se em garantir que todos os fornecedores atendam aos padrões técnicos de segurança.

“Enquanto a humanidade continua a progredir, nenhuma empresa pode desenvolver sozinha uma indústria globalizada. Requer esforços concertados em todo o mundo.”

Ren disse que agora está ainda mais confiante sobre a sobrevivência da Huawei do que antes. “Encontramos novas e mais maneiras de superar os nossos desafios. As nossas receitas de vendas e lucros em 2020 foram maiores do que nos anos anteriores”, afirmou Ren aos jornalistas.

PERMITINDO A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA INDÚSTRIAS

Ren disse que as novas estratégias incluem pesquisa, desenvolvimento e crescimento de raízes mais profundas em indústrias verticais em todo o mundo, para permitir a transformação digital com os seus principais recursos de ICT da Huawei. Ren disse ainda que o Laboratório de Inovação em Mineração Inteligente resultaria em melhores serviços para minas com 5G.

“Apoiando a indústria de mineração, podemos expandir os nossos negócios e apoiar uma produção mais eficiente e segura nas minas. Também podemos permitir que os trabalhadores da mina de carvão ‘usem fato e gravata’ no trabalho”, disse Ren. “Na era 5G, conectar empresas é o objectivo principal. Existem muitas indústrias com as quais não estamos muito familiarizados, como aeroportos, portos, mineração de carvão, produção de ferro e aço, fabricação de automóveis e fabricação de aeronaves. É por esta razão que construímos laboratórios conjuntos para aprender mais sobre as necessidades dessas indústrias.”

Os resultados de negócios da Huawei nos primeiros nove meses do ano de 2020 mostraram que a receita totalizou 671,3 biliões de yuans (\$ 98,57 biliões), um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período em 2019.

“Continuaremos a atender bem os nossos clientes, criando mais valor para os mesmos. Queremos que estes tenham uma fé duradoura em nós e esperamos que não vacilem devido à pressão política”, concluiu Ren.

EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE BENGUELA

Vice-Presidência da República e Huawei apoiam estudantes universitários



Estudantes de várias instituições de ensino superior de Benguela receberam computadores para facilitar os estudos numa parceria da Vice-Presidência da República e a empresa Huawei. Os alunos agraciados congratularam-se com o gesto, que é uma promessa de 2019 do Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa.

A acção é o cumprimento de uma promessa feita em 2019 pelo Vice-Presidente da República, à margem do VI Fórum sobre a Qualidade do Ensino Superior, no qual Bornito de Sousa participou a convite da Associação das Instituições de Ensino Super-

ior Privadas Angolanas e trocou impressões sobre conceitos associados às transformações tecnológicas do mundo moderno.

No encontro, o vice presidente tomou nota de algumas necessidades dos estudantes e finalistas de algumas universidades e prometeu dar suporte e sendo a Huawei uma empresa de tecnologia e um forte parceiro do Estado, usando dos actos de responsabilidade social doou a Vice Presidência os computadores para os estudantes de Benguela.

Para estudante universitária, Wilza Santana, os equipamentos eletrónicos representam o cumprimento uma promessa cumprida do Governo e agradece imenso pelo facto de o vice-presidente não se ter esquecido do encontro realizado em 2019. “Os computadores vamos usar nas

actividades académicas e prometemos cuidar bem dos mesmos”, sustentou jovem estudante.

Os equipamentos trazidos de Luanda pelos assessores do Vice-Presidente da República foram entregues na presença do governador de Benguela, Rui Falcão, que presenciou também a oferta de um computador ao regedor municipal do Lobito para que a autoridade tradicional doravante possa agendar as suas reuniões na Ombala recorrendo ao seu Laptop e usufruir das tecnologias de informação e comunicação.

O representante da Huawei, Nilton Roque, fez saber, à margem do acto, que “o gesto ganhou corpo durante uma

reunião concedida ao conselho de administração da Huawei pelo Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, que revelou o compromisso assumido com alguns estudantes a nível do país em 2019 então abraçámos o projecto e concretizamo-lo”.

“Gostaríamos de tê-lo feito antes, em 2020, mas por questões que foram alheias à nossa vontade por causa do Covid-19 adiamos. Por tanto, arranjamos essa oportunidade. Em relação o sr. Soba, a partir de agora vai usufruir das novas tecnologias, sendo que na próxima reunião facilitar o trabalho usando novo equipamento doado pelo vice presidente com suporte da Huawei”, adiantou o representante da Huawei.

NÚMEROS DA SEMANA

700

Mil milhões USD, fundo disponibilizado pelo banco Afreximbank para financiar projectos em Angola.

750

Milhões de dólares Previsão de receita da Associação das Indústrias de Bebidas em Angola, nos próximos cinco anos, com as exportações.

15%

Produção a que a fábrica de telemóveis, tablets e computadores, na ZEE, atingiu, da capacidade instalada.

180

Dias de suspensão aplicados pela Arseg às seguradoras Confiança e Master por incumprimento na prestação de contas.



CONSEQUÊNCIAS EM LEVANTAMENTO

Finanças alvo de ataque informático

O sistema informático do Ministério das Finanças (Minfin) sofreu um ataque informático que deixou limitado o funcionamento normal das plataformas tecnológicas, com destaque para os e-mails e pastas de documentos partilhados.

Sem saber a origem e as motivações do ataque, o Minfin garante não estarem afectados os sistemas de arrecadação de receitas (SIGT, ASYCUDA, Portal de Serviços, Portal do Município, Portal do Contribuinte e Sistema

Integrado de Gestão Financeira do Estado – SIGFE) bem como os portais institucionais.

Os especialistas informáticos do Ministério estão a apurar o impacto causado pelo ataque cibernético nos postos de trabalho e organismos tutelados, principalmente o programa de desmaterialização da correspondência interna e externa. No entanto, o Minfin tranquiliza os contribuintes e garante não haver dificuldades no processamento dos salários.



GOVERNO CENTRAL E PROVÍNCIAS

Novas mexidas no Governo

O Presidente da República nomeou, esta segunda-feira, Vânio Americano para secretário de Estado da Administração Pública, em substituição de António Francisco Afonso.

João Lourenço nomeou também Adilson Dellany Martins Gonçalves, para vice-governador de Benguela para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, e Francisco Jamba Kata, como vice-governador

do Huambo para o Sector Político, Social e Económico. Substituem, respectivamente, Leopoldo Francisco Jeremias Muhongo e José Cornélio.

Por conveniência de serviço, o secretário-geral do Presidente da República exonerou Justino Gabriel Guedes Canguia de director Administrativo e Financeiro da Secretaria-Geral do Presidente da República, mas não dá nota do substituto.



MERCADO PETROLÍFERO

Rússia e Arábia Saudita em novo desencontro

A Arabia Saudita e a Rússia mais uma vez entram em uma reunião da Opep+ em lados com interesses opostos em relação ao mercado. O governo saudita tem apelado cautela para os outros membros, apesar da recuperação dos preços para o maior nível em um ano, enquanto a Rússia mostra-se favorável tem dados sinais de pretender o aumento da oferta.

É assim que vão para a reunião de 4 Março aonde o grupo vai discutir se fornece mais petróleo ao mercado em Abril. O grupo deve decidir se vai restaurar até 500 mil barris por dia, o próximo passo em uma retomada gradual da produção que foi acordada em dezembro, mas suspensa na reunião de janeiro.

Deve ainda discutir o posicionamento da Arábia Saudita ou seja do corte de 1 milhão de barris extras por dia que os sauditas decidiram fazer voluntariamente no sentido de ajudar a controlar os preços. Especialistas devido a este corte voluntário, a Arábia Saudita entra em vantagem na divergência com a Rússia.

Em princípio este corte extra foi prometido apenas para Fevereiro e Março, mas, acreditam diversos, os sauditas estariam dispostos a prolongar se existir apoio da cautela que apela para os parceiros.

Dez meses depois de reduzir a produção de petróleo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados ainda mantêm 7 milhões de barris por dia fora do mercado, ou cerca de 7% da oferta global.